

**Tomada de Preço nº 011/2018**  
**PROCESSO DAE nº 1766-5/2018**  
**EDITAL de 14 de Maio de 2018**  
**MODO DE DISPUTA: LOTE 01 – EXCLUSIVO PARA ME/EPP/COOP**  
**LOTE 02 – NÃO DIFERENCIADA PARA ME/EPP/COOP**

**PREÂMBULO**

O Diretor Presidente da DAE S/A – Água e Esgoto, Eduardo Santos Palhares, no uso de suas atribuições legais, faz saber que se acha aberta nesta Empresa de Economia Mista, licitação pública na modalidade **Tomada de Preço**, tipo “**MENOR PREÇO POR LOTE**”, disciplinada pela Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações promovidas pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/98 e eventuais legislações pertinentes e pela Lei Complementar Federal nº 123/06 e demais diplomas correlatos, no que couber, obedecendo as especificações, cláusulas e condições a seguir mencionadas, para **Contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforma das residências de zeladoria, com fornecimento de material e mão-de-obra, divididos em 02 LOTES, sob o regime de execução de empreitada por preço unitário, conforme bases, condições e especificações discriminadas no presente Edital e Anexos.**

Faz saber ainda que os envelopes contendo os documentos de habilitação e proposta de preços deverão ser, **obrigatoriamente, entregues simultaneamente e protocolizados na Seção de Compras e Licitações, na Sede da DAE S/A**, andar térreo do Prédio Administrativo, situada na Rodovia Vereador Geraldo Dias, 1500, Vila Hortolândia, CEP 13214-311, em Jundiaí/SP, até a data e horário agendados para abertura dos trabalhos.

A sessão pública de abertura dos trabalhos da Comissão Permanente de Licitações será na **Sala de Licitações**, na Sede da DAE S/A, endereço acima, às 14:30 do dia 06 de Junho de 2018, quando serão abertos os envelopes de habilitação.

Não serão recebidos documentos e/ou propostas encaminhadas em horário posterior ou por outro meio que não o aqui estabelecido.

**PRIMEIRA PARTE**

**DO EDITAL**

**Seção I – Das Disposições Preliminares**

1. Poderão participar do presente certame licitatório as empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.
  - 1.1. Para o **LOTE 01** somente poderão participar os interessados, microempresa ou empresa de pequeno porte, qualificadas como tais nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.
    - 1.1.1. Não será permitida a participação de licitantes que não sejam microempresas ou empresa de pequeno porte para o referido **LOTE**.
2. É vedada a participação:

- 2.1. de empresas reunidas em consórcio;
- 2.2. de empresas declaradas inidôneas por ato do Poder Público;
- 2.3. de empresas em regime de falência, recuperação judicial ou extrajudicial sem o plano de recuperação devidamente homologado pelo juízo competente, bem como em processo de dissolução ou liquidação;
- 2.4. de empresas suspensas de participação em licitação da DAE S/A.

## **Seção II - Do Objeto**

3. A presente licitação tem como objeto a **Contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforma das residências de zeladoria, com fornecimento de material e mão-de-obra, divididos em 02 LOTES, sob o regime de execução de empreitada por preço unitário, conforme bases, condições e especificações discriminadas no presente Edital e Anexos.**

**Anexo I – Dividido em 2 lotes, contendo Especificação do Objeto;**

**Anexo II - Planilha de Preços Base Por Lote;**

**Anexo III – Proposta de Preço Por Lote;**

**Anexo IV - Normas Gerais;**

**Anexo V - Minuta de Contrato;**

**Anexo VI - Termo de Ciência de Notificação;**

**Anexo VII – Modelo de Declaração Empresa ME, EPP ou COOP;**

**Anexo VIII - Modelo de Declaração do Menor;**

**Anexo IX – Projetos: Execução de Serviços de Reforma das Residências de Zeladorias:**

- **Lote 01: EXCLUSIVO PARA ME/EPP/COOP:** Casa de Bombas do Bairro Cecap – Travessa da Rua Alceu de Toledo Pontes, Parque Cecap – Jundiaí-SP;
- **Lote 02:** Casa de Bombas do Bairro Jardim Carlos Gomes – Rua André Vidal de Negreiros, nº 235, Jardim Carlos Gomes, Jundiaí-SP.

## **Seção III - Da Apresentação dos Envelopes**

4. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado, indicando na parte externa o número desta licitação, a razão social da licitante e a expressão **ENVELOPE A – “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”** contendo os documentos relacionados na Seção IV - “Da Documentação de Habilitação” deste edital, devendo estar, preferencialmente, dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente e encadernados.

4.1. Para facilidade no manuseio e arquivo, recomenda-se que a encadernação seja de 2 (dois) furos, evitando-se brochuras e grampeamentos.

4.2. Os documentos deverão ser apresentados em 01 (uma) via no original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão de imprensa oficial, salvo quando especificado no próprio documento que sua validade depende da apresentação no original.

**4.3.** Para os documentos que são válidos somente mediante consulta on-line, junto aos Órgãos competentes, poderão ser apresentados documentos impressos através do sistema informatizado respectivo e que serão conferidos junto aos “sites” de cada órgão pela Comissão.

**4.4.** Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

**4.5.** Os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de Lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua expedição.

**4.6.** Excepcionalmente, a critério da Comissão Permanente de Licitações, observada a razoabilidade, servidor da DAE S/A, integrante da Comissão Permanente de Licitações ou lotado na Seção de Compras e Licitações, poderá autenticar cópia a partir de original fornecido, durante a sessão de abertura desta licitação.

**4.7.** Serão aceitas certidões nos limites de sua validade. Quando não especificada qualquer validade na certidão, estas deverão ter sido expedidas num prazo não superior a 90 (noventa) dias da data prevista para a apresentação das propostas.

**5.** Além dos documentos citados na Seção IV poderá a empresa apresentar procuração constituindo a pessoa que representará a interessada na licitação, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para receber intimações e, eventualmente, desistir de recursos.

**5.1.** A não apresentação da procuração não será motivo de inabilitação/desclassificação, impedindo a licitante tão somente de se manifestar durante os trabalhos de julgamento, salvo nos casos em que os documentos e/ou a proposta sejam assinados por procurador, hipóteses nas quais a procuração deverá acompanhar a documentação, sob pena de inabilitação ou desclassificação, conforme o caso.

**5.2.** As procurações serão retidas pela Comissão Julgadora e juntadas ao respectivo processo de licitação.

**6.** A proposta de preços deverá ser apresentada em envelope fechado, indicando na parte externa o número desta licitação, a razão social da licitante e a expressão **ENVELOPES B “PROPOSTA DE PREÇOS POR LOTE”** contendo os elementos relacionados na Seção V – “Da Proposta de Preços”, deste edital.

#### **Seção IV - Da Documentação de Habilitação**

**7.** No **Envelope A - “Documentos de Habilitação”** deverão ser apresentados os seguintes documentos:

##### **7.1. Habilitação Jurídica:**

**7.1.1.** Registro comercial, no caso de empresa individual;

**7.1.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**7.1.3.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**7.1.4.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## **7.2. Qualificação Técnica da Licitante:**

**7.2.1.** Comprovação de registro e regularidade da licitante na entidade profissional competente, CREA.

**7.2.2.** Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o desempenho de atividade pertinente, compatível ou similar em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, com quantitativos mínimos de 50% da execução pretendida, conforme Súmula nº 24 do TCESP.

**7.2.2.1.** Deverão constar no(s) referido(s) atestado(s) ou certidão(ões) a identificação e localização da obra ou serviço e o(s) mesmo(s) deverá(ão) estar devidamente certificado(s) pelo CREA.

**7.2.2.2.** Para atender o disposto no item 7.2.2 será sempre admitida a comprovação de aptidão através de atestado(s) ou certidão(ões) de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

**7.2.2.3.** O(s) atestados deverá(ão) conter:

- a) identificação da pessoa jurídica emitente com CNPJ;
- b) nome e cargo do signatário;
- c) endereço completo do emitente;
- d) período do contrato;
- e) objeto contratual;
- f) outras informações técnicas necessárias e suficientes para a avaliação das experiências referenciadas pela Comissão Permanente de Licitações.

**7.2.3.** Declaração de que, caso seja vencedora da licitação, apresentará no momento da assinatura do contrato, relação explícita disponibilidade do aparelhamento, do pessoal técnico especializado, conforme parcelas de relevância constantes no item 7.2.2. e turnos de trabalho necessários para o cumprimento do objeto desta licitação.

**7.2.4.** Declaração de que a empresa tomou conhecimento de todas as informações e interferências técnicas, bem como das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da presente licitação. Caso julgue necessário, a licitante poderá requerer visita técnica com acompanhamento da **Gerência de Obras Civas (GOC)**, que deverá ser realizada até o último dia útil antes da abertura da licitação mediante prévio agendamento, com **Srta. Nathânia, através do telefone: (11) 4589-1356**, das 8:00 às 16:00 horas, para conhecimento dos locais, instalações e condições pertinentes à elaboração da proposta.

## **7.3. Qualificação Técnico-Profissional:**

**7.3.1.** Declaração indicando o responsável técnico pela execução da obra, que deverá ser profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido;

**7.3.2.** Comprovação de vínculo entre o responsável técnico e a licitante através da apresentação de cópia do Contrato Social, ou Contrato de Trabalho, ou registro em Carteira do Trabalho e Previdência Social acompanhada da Ficha de Registro de Empregado com carimbo e número de registro do Ministério do Trabalho ou outro documento hábil;

**7.3.3.** Comprovação de registro e regularidade do responsável técnico na entidade profissional competente, CREA.

**7.3.4.** Comprovação da capacitação do responsável técnico através da apresentação de atestados de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ou superiores ao objeto desta licitação, devidamente registrados no CREA.

**7.3.5.** Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, acima citados, deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que comprovado por acervo técnico e com prévia aprovação pelo órgão gestor do contrato.

#### **7.4. Qualificação Econômico-Financeira:**

**7.4.1.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**7.4.1.2.** Somente as empresas que ainda não complementaram seu primeiro exercício fiscal, poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira através de balancetes mensais, conforme o disposto na Lei Federal 8.541/92.

**7.4.2.** Certidão negativa de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data da apresentação.

**7.4.2.1.** No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, detentoras de certidão positiva, deverá apresentar, para efeitos de habilitação no certame, Plano de Recuperação devidamente homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, nos termos da Súmula nº50 do TCESP.

**7.4.3.** Comprovação de boa situação financeira da empresa será feita através do cálculo do seguinte índice:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1$$

#### **7.5. Regularidade Fiscal e Trabalhista**

**7.5.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e de Situação Cadastral, comprovando situação ativa;

**7.5.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**7.5.3.** Certidão conjunta negativa de débitos ou positiva com efeitos de negativa relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e às Contribuições Previdenciárias (INSS), expedida pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com validade na data da apresentação (certidão que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN).

**7.5.4.** Certidão negativa de débito com a Fazenda Municipal ou positiva com efeitos de negativa referente à regularidade mobiliária, pertinente ao objeto licitado, observada a validade aposta no documento.

**7.5.5.** Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, através de certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF, com validade na data da apresentação.

**7.5.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

**7.5.7. Empresas na Condição de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Sociedades Cooperativas (COOP).**

**7.5.7.1.** As empresas nas condições de ME e EPP (enquadradas no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, desde que não estejam inclusas nas vedações previstas no § 4º do mesmo artigo) e COOP (conforme o artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/07), que apresentem restrições com relação à regularidade fiscal e trabalhista deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**7.5.7.1.2.** Na hipótese da ME, EPP ou COOP apresentarem restrições quanto à regularidade fiscal e trabalhista, a licitante ficará na condição de “Classificada Provisória” no certame, podendo ser dado prosseguimento aos atos subsequentes da licitação.

**7.5.7.1.3.** A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, caso a licitante se sagre vencedora, deverá ser efetuada com o envio da documentação devidamente regular no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do momento em que a empresa for declarada vencedora do certame, ou seja, a contar do término do prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis referentes ao ato de adjudicação devidamente divulgado ou após a decisão dos recursos (e antes do ato de homologação), prazos e publicações essas que deverão ser acompanhados pelo licitante.

**7.5.7.1.4.** Esse prazo para regularização poderá ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, a critério da Administração, mediante solicitação da empresa.

**7.5.7.1.5.** A não regularização dentro do prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, ficando facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**7.5.7.1.6. Para usufruir dos benefícios da LC 123/06,** juntamente com os **documentos de habilitação**, a licitante deverá apresentar “Declaração”, sob penas da lei, conforme modelo no **Anexo VII**, devidamente assinada em conjunto pelo

responsável legal da empresa e pelo contador, demonstrando que se constitui em ME, EPP ou COOP, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 123/06 e da Lei Federal n.º 11.488/07, (na hipótese de Cooperativa) e que não apresenta nenhuma das restrições do regime diferenciado e favorecido, dispostas, no art. 3.º, § 4.º da Lei, comprometendo-se a informar a Administração caso perca essa qualificação.

**7.5.7.1.7.** - A ausência de declaração da empresa demonstrando que se constitui ME, EPP ou COOP provocará a desclassificação de sua proposta **apenas para o item 01**, por ser, este item, destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte (art. 48, inciso I da Lei 123/06).

#### **7.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**

**7.6.1.** Declaração para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n. 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, exceto a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, **conforme Anexo VIII** – Modelo de Declaração do Menor.

**7.7.** A simples participação nesta licitação configura “**Declaração**”, sob as penas da lei, onde a empresa se obriga a manter, durante todo o período da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação neste certame, e de que mantém íntegra a sua idoneidade perante os órgãos das Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal.

**7.8.** Complementarmente à análise da documentação de habilitação, será verificada ainda a situação da licitante quanto à eventual existência de sanção administrativa, por meio de consulta no endereço eletrônico indicado a seguir:

**7.8.1.** Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo: <http://www4.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apanados>

**8.** Serão inabilitadas as licitantes que:

**8.1.** Apresentarem a documentação exigida neste edital de forma incompleta ou com qualquer documento ilegível, rasurado de maneira a efetivamente prejudicar a inteligência dos documentos ou com data de validade vencida;

**8.2.** Não atenderem a todos os requisitos exigidos neste edital, relativos: à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica;

**8.3.** Apresentarem os documentos solicitados na forma de protocolo, ou se estiverem com prazo de validade vencido.

#### **Seção V - Da Proposta de Preços**

**9.** No **Envelope B - “Proposta de Preços Por Lote”** deverá ser apresentada a proposta, conforme modelo integrante deste Edital, assinada por representante legal da licitante.

**9.1.** Os valores Unitários da Proposta de Preços não poderão exceder os preços unitários constantes do **Anexo II – Planilha de Preço Base Por Lote**, fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este Edital.

**9.2.** Preço unitário e total para a execução da obra, baseados nos critérios orçamentários do **Anexo III – Planilha “Proposta de Preços Por Lote”**, inclusos todos os impostos e insumos.

**9.3. Deverá** constar o prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega da proposta.

**10.** A apresentação da proposta implica na aceitação, por parte da licitante, de todas as especificações, cláusulas e condições estipuladas neste Edital, sendo que a apresentação de qualquer outra fórmula ou condição sujeitará a rejeição da proposta.

**10.1.** As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas, não cabendo responsabilidade por tais custos a outrem, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos nesta licitação ou seus resultados.

**11.** Para efeito de julgamento, as planilhas orçamentárias propostas serão conferidas pela DAE S/A Água e Esgoto, e havendo qualquer divergência de valores, serão considerados os preços unitários ofertados para obtenção do preço global por lote.

**11.1.** Será considerado o **MENOR PREÇO POR LOTE**, sob o regime de execução de empreitada por preço unitário, observando que a execução dos serviços será medida através dos preços unitários constantes do Anexo III – Planilha “Proposta de Preços Por Lote”.

**12.** As propostas analisadas e consideradas aceitáveis pela Comissão de Licitações serão relacionadas em ordem crescente de valor, sendo classificada em primeiro lugar aquela que apresentar o menor preço por lote.

#### **12.1. SOMENTE PARA O LOTE 02: NÃO DIFERENCIADO PARA ME/EPP/COOP**

**12.1.1.** Em havendo a participação de licitantes enquadradas e identificadas (mediante declaração) como ME, EPP e COOP, caso se apresentem em situação de empate com empresa de condição jurídica diversa, assim consideradas as detentoras de propostas que apresentam valores de até 10% (dez por cento) acima da proposta mais bem classificada, poderão reduzir seus preços em valor inferior àquela que estiver em primeiro lugar, na ordem de classificação, ocasião em que será declarada a vencedora do item, restando apenas eventuais demonstrações quanto aos requisitos de habilitação para posterior adjudicação.

**12.1.2.** Para tanto, encerrada a etapa de classificação das propostas, a licitante será convocada para que possa apresentar nova proposta com valor inferior ao oferecido pela primeira colocada em cada item, sob pena de preclusão.

**12.1.3.** Essa convocação poderá se dar na sessão de abertura, caso haja possibilidade de julgamento das propostas naquele momento, ou via comunicação com a empresa em ato posterior (fone, fax, e-mail ou outro meio de comunicação disponível), caso o julgamento seja feito após a sessão de abertura.

**12.1.4.** Caso o representante da licitante não se faça presente na sessão de abertura, a DAE S/A fará a convocação da empresa por fone, fax, e-mail ou outro meio de comunicação disponível, para o exercício do direito.



**12.1.5.** Essa comunicação terá prazo de resposta a ser estipulado pela DAE S/A, e não poderá exceder a 02 (dois) dias úteis.

**12.1.6.** Se a primeira empatada não reduzir os preços no prazo concedido, haverá a convocação da segunda classificada empatada, na forma e prazo acima estipulados, para que reduza o valor do item, e assim sucessivamente, até que existam ME, EPP ou COOP na condição da “empatadas” em cada item ou alguma delas concorde com a redução do valor.

**12.1.7.** No caso de equivalência dos valores apresentados pela ME, EPP ou COOP que se encontrarem como “empatadas”, a DAE S/A realizará sorteio na sessão de abertura para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**12.1.8.** Na hipótese de não contratação nos termos do item anterior, o objeto da licitação será adjudicado em favor da proposta originariamente vencedora do certame.

**12.1.9.** Os critérios para o desempate nos termos da Lei Complementar n.º 123/06 somente serão aplicados quando o melhor lance já não tiver sido apresentado por uma ME, EPP ou COOP.

**12.1.10.** Para a utilização dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/06, a licitante interessada deverá manter-se informada durante todo o processamento da licitação, até a sua conclusão, observando as orientações dadas pela DAE S/A via ata de abertura e comunicações, e pelo edital, respeitando os prazos estabelecidos, ficando como única responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância dessas orientações.

**13.** Em caso de empate far-se-á sorteio em sessão pública, conforme disciplina o artigo 45, § 2º, da Lei de Licitações.

**14.** Serão desclassificadas as propostas que:

**14.1.** Não atenderem às exigências do edital desta licitação e seus anexos, por apresentarem-se incompletas ou com rasuras ressalvadas;

**14.2.** Forem manifestamente inexequíveis, conforme dispõe a lei.

#### **Seção VI - Do Procedimento, Julgamento e Classificação**

**15.** Esgotado o prazo estipulado no Preâmbulo a Comissão de Licitações dará início aos trabalhos preliminares em ato público, lavrando-se ata circunstanciada. Os trabalhos preliminares compreenderão:

**15.1.** A rubrica nos fechos dos envelopes “A” e, “B”, pelos Membros da Comissão de Licitações e pelos representantes credenciados das licitantes presentes, recebidos conforme previsto no Preâmbulo;

**15.2.** A abertura do **envelope A – “Documentação de Habilitação”** pelo Presidente da Comissão de Licitações. O envelope B – “Proposta de Preços” serão mantidos inviolados;

**15.3.** A vista e rubrica dos documentos contidos nos envelopes “A” pelos Membros da Comissão de Licitações e pelos representantes das licitantes presentes;

**15.4.** Um dos Membros da Comissão de Licitações encarregar-se-á da lavratura e subscrição da ata circunstanciada da sessão, a qual será subscrita também pelos demais Membros da Comissão e pelos representantes das licitantes presentes;

**15.5.** Havendo desistência expressa de todos os representantes presentes à sessão, a quaisquer recursos, o Presidente da Comissão poderá abrir o Envelope B – Proposta de Preços” das licitantes habilitadas, procedendo-se conforme o item 18. Caso contrário proceder-se-á de acordo com os itens seguintes.

**16.** Juntados ao processo os documentos apresentados, os envelopes B – “Proposta de Preços” e a ata circunstanciada, os trabalhos serão encerrados e as licitantes dispensadas.

**17.** A análise da documentação de habilitação será feita pela Comissão de Licitações mediante convocação de seu Presidente e com base nos critérios constantes da Seção IV - "Da Documentação de Habilitação", reservando-se o direito de comprovações e/ou diligências, publicando-se o resultado na forma da lei.

**17.1.** Decorrido o prazo recursal sem interposição de recursos ou após sua denegação, devolver-se-ão inviolados às licitantes inabilitadas os Envelopes “B” contendo as respectivas propostas de preços.

**18.** Em nova sessão pública o Presidente da Comissão de Licitações procederá à abertura dos **envelopes B – “Proposta de Preços Por Lote”**, das licitantes habilitadas.

**18.1.** As propostas serão vistas e rubricadas pelos Membros da Comissão e pelos representantes das licitantes presentes.

**18.2.** Com as propostas juntar-se-á ao processo a ata lavrada e assinada pelos presentes, nos termos do item 15.4, encerrando-se os trabalhos e dispensando-se os representantes das licitantes.

**19.** O julgamento e classificação das propostas far-se-á mediante convocação do Presidente da Comissão de Licitações com base nos critérios constantes da Seção V - “Da Proposta de Preços Por Lote”, publicando-se o resultado na forma da lei.

### **Seção VII - Da Homologação e Adjudicação**

**20.** Efetuada a escolha da melhor proposta, a Comissão de Licitações apontará a licitante vencedora, nos termos do item anterior.

**21.** Decorrido o prazo recursal, a Comissão de Licitações encaminhará o processo à autoridade competente para homologar o certame e convocar a adjudicatária a assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento licitatório.

**21.1.** Se a convocada não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, a Comissão poderá convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira colocada, inclusive quanto ao preço.

**21.2.** A Comissão de Licitações poderá, ainda, requerer à autoridade competente a revogação da licitação.

**22.** O resultado do julgamento das propostas, com a adjudicação para a licitante vencedora, será divulgado na forma prevista em Lei.

### **Seção VIII - Dos Recursos**

**23.** Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

**23.1.** Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

**23.1.1.** Habilitação ou inabilitação das licitantes, com efeito suspensivo;

**23.1.2.** Julgamento das propostas, com efeito suspensivo;

**23.1.3.** Anulação ou revogação da licitação;

**23.1.4.** Rescisão do contrato, nos termos da Lei;

**23.1.5.** Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

**23.2.** Representação, no prazo legal, da decisão relacionada com o objeto da licitação ou contrato, da qual não caiba recurso hierárquico.

**23.3.** Pedido de reconsideração de decisão do Diretor Presidente, na hipótese do § 3º do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, no prazo legal.

**24.** Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão de Licitações, conforme determina o artigo 109, § 4º, da Lei Federal 8.666/93, que à vista das razões recursais poderá:

**24.1.** Reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou;

**24.2.** Nesse mesmo prazo fazê-lo subir ao Diretor Presidente devidamente informado, caso em que a decisão deverá ser proferida em 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

**25.** Interposto o recurso, será comunicado às demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

## **SEGUNDA PARTE**

### **DO CONTRATO**

#### **Seção I - Da Contratação**

**26.** Após a adjudicação, a DAE S/A convocará o vencedor para que este assine o termo de contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação. Em caso de não comparecimento do convocado, o que caracteriza a recusa injustificada do adjudicatário, levará a Administração a convocar as licitantes remanescentes, em ordem de classificação, nas mesmas condições do primeiro, bem como poderá revogar todo o procedimento, porque tal acontecimento caracteriza o descumprimento total da obrigação, levando o infrator às penas da lei. O prazo acima estabelecido poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, desde que seja alegado fato relevante, comunicado à Administração, e essa o aceite.

#### **Seção II - Das Garantias**

**27.** Para a assinatura deste contrato, será exigida prestação de garantia sob uma das modalidades previstas no Art. 56 da Lei de Licitações, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

**27.1.** A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato.

#### **Seção III – Das Responsabilidades da Contratada**

**28.** A Contratada, antes do início dos serviços, deverá apresentar à DAE S/A a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) relativa à obra, devidamente preenchida e paga.

**29.** A Contratada é responsável pela solidez das obras executadas nos termos dispostos no artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

**30.** Seja qual for a modalidade da garantia apresentada, não se isenta a Contratada da responsabilidade estabelecida pelo artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

**31.** Quando do início dos serviços, a Contratada deverá indicar oficialmente um representante que terá competência para receber as informações da Contratante e repassá-las a quem de direito.

**31.1.** A empresa contratada deverá dispor de todos os equipamentos e tecnologia necessária para execução dos serviços com todas as técnicas adequadas, respeitando o projeto executivo que faz parte do Anexo I do Edital.

**31.2.** Face a possibilidade de alterações na metodologia executiva da empresa contratada, não será permitido o aumento de quantidades junto aos serviços previstos na planilha de referência ou criação de novos serviços não previstos nesse termo, devendo a contratada realizar a avaliação do escopo da obra e suas exigências técnicas para a sua plena execução.

**32.** A Contratada manterá todos os seus empregados uniformizados e se responsabilizará pela utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI), essencial na execução da obra.

33. A Contratada não utilizará em nenhuma hipótese qualquer servidor da administração direta ou indireta da municipalidade, a partir da data da publicação deste edital em diante, nem mesmo em gozo de férias ou licença sob qualquer título.

34. A Contratada deverá ter pleno conhecimento dos locais, condições em que serão executados os serviços dos materiais a serem utilizados na obra, bem como dos processos e normas para sua execução, comprometendo-se a alocar os meios e equipamentos necessários.

35. A responsabilidade em caso de acidentes do trabalho e seguros previstos em lei é exclusivamente da Contratada.

36. A responsabilidade em caso de danos materiais e/ou pessoais causados a terceiros em virtude da execução do contrato compete exclusivamente à Contratada.

37. Todos os encargos sociais, tributários e trabalhistas são de responsabilidade da Contratada.

38. Obriga-se a Contratada a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou utilização de técnicas ou materiais inadequados.

#### **Seção IV - Da Execução Contratual**

39. O prazo para execução dos serviços:

- **Lote 01 – Casa de Bombas do Bairro Cecap:** 03 meses a contar do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela GOC – Gerência de Obras Cíveis;
- **Lote 02 – Casa de Bombas do Bairro Jardim Carlos Gomes:** 03 meses a contar do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela GOC – Gerência de Obras Cíveis.

39.1. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela **GOC (Gerência de Obras Cíveis), de acordo com o respectivo Lote.**

40. No caso de ser registrada em outros estados da federação, para a assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar visto do CREA/SP em seus registros.

41. A Contratada deverá comunicar e justificar à Contratante, por escrito, qualquer atraso previsto em relação aos prazos definidos no contrato, bem como a previsão de novos prazos. O julgamento ficará a juízo da Contratante que poderá aplicar as penalidades previstas em lei.

42. É expressamente proibida a subcontratação dos serviços objeto desta licitação.

43. A empresa deverá enviar a **GST (Gerência de Segurança do Trabalho)**, antes do início da obra, os documentos relacionados abaixo:

- Apresentar, por ocasião da assinatura do contrato, a relação nominal dos empregados na execução dos serviços,

acompanhada de cópia autenticada das fichas de registro com chancela do Ministério do Trabalho de todos os funcionários que estarão à disposição para execução do contrato;

- Ficha de registro dos funcionários, com foto, data de admissão e função dos mesmos, atualizada;
- CTPS do funcionário, com foto, data de admissão e função do mesmo, atualizada;
- Relação de empregados (RE) e respectivas funções;
- Cópia de recibo de entrega de Uniforme e EPI/EPC, individual c/ assinatura do funcionário, inclusive recibo de que o funcionário recebeu treinamento quanto ao uso correto de EPI/EPC (Nome do funcionário, CA do produto, data da entrega, validade, data da devolução);
- Comprovante de pagamento de insalubridade, se o caso;
- Apresentar Ordens de Serviço e Análise Preliminar de Riscos, conforme preceitua a NR 01, de cada funcionário, bem como a comprovação de seu treinamento;
- Apresentar avaliações de máquinas e equipamentos, conforme preceitua as NR's 10 e 12;
- PPRA, referente à atividade a ser desenvolvida pelos funcionários na contratada, conforme preceitua a NR 9;
- PCMSO, conforme preceitua a NR 7;
- ASO (atestado de saúde ocupacional) dos funcionários, válidos. Constando aptidão para trabalho em altura, espaço confinado e eletricidade, se o caso;
- Certificado de Treinamento para trabalho em instalações e serviços com eletricidade – NR 10. Certificado é individual. Deve constar no PCMSO/ASO, o trabalho em instalações e serviços com eletricidade. E treinamento para soldador, se o caso;
- Atender a NR 18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na indústria da Construção, na sua plenitude, em todas as etapas da obra;
- Atender a NR 35 – Trabalho em altura, inclusive seus anexos;
- Certificado de Treinamento para Trabalho em Altura, conforme NR 35. Certificado é individual. Deve constar no PCMSO/ASO, o trabalho em altura. Se o caso;
- Certificado de Treinamento para Trabalho em Espaços Confinados, conforme NR 33. Certificado é individual. Deve constar no PCMSO/ASO, o trabalho em espaço confinado. Se o caso;
- ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do Engenheiro Responsável;
- PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) – término da obra – antes do último pagamento;
- Em caso de acidente do trabalho, a Contratante deverá receber, obrigatoriamente, cópia da CAT (Comunicação de Acidente do Trabalho), registrado no INSS, em até 48 (quarenta e oito) horas do ocorrido. Acidente do Trabalho entende-se, também, o de Trajeto/Percurso.

**44.** A CONTRATADA deverá enviar à GOC (Gerência de Obras Civas) antes da primeira e demais medições, a seguinte documentação para verificação e guarda:

- Cartão de ponto do funcionário, devidamente assinado;
- Recibo de compra do vale transporte, bem como da sua entrega aos funcionários;
- Recibo de compra da cesta básica, bem como da sua entrega aos funcionários;
- Folha de pagamento da obra (ou holerites);
- Cópia GFIP/ SEFIP específica para serviço prestado a DAE S/A;
- Guia de Protocolo de conectividade Social;
- Certidão Negativa de Débito da Previdência Social.

**45. Documentos cuja entrega será obrigatória para fins de fiscalização:**

- Rescisão Contratual, quando houver, devidamente homologada pelo Sindicato da categoria. Para os casos de rescisão inferior a 01 ano, a empresa deverá enviar cópia do termo e o comprovante de depósito;
- Documentação de contratação de novos funcionários, conforme entregue antes do início da obra (se houver).

**46.** A execução dos serviços será fiscalizada por servidores da **GOC** (Gerência de Obras Civas) / **GST** (Gerência de Segurança do Trabalho), da Contratante, devidamente designados, ou por técnicos por esta credenciada.

**46.1.** A Contratante reserva-se o direito de exigir a retirada ou à substituição dos empregados da Contratada quando, a seu critério forem julgados inconvenientes ao exercício de suas funções, por conduta moral ou funcional inadequada, bem como por simples irreverência, além de inaptidão, mesmo relativa, para os serviços contratados.

**47.** Concluídos os serviços, a Contratante procederá ao seu recebimento provisório. Durante o prazo de observação de 90 (noventa) dias, obriga-se a Contratada a fazer, às suas expensas, as substituições e/ou reparações porventura reclamadas.

**47.1.** Somente após o recebimento definitivo, que será efetuado pela Contratante 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, poderá a Contratada levantar a garantia prestada para a assinatura do contrato, desde que não haja vícios ou defeitos.

**48.** Qualquer modificação na estrutura da Contratada, tais como a transformação, fusão, cisão ou incorporação, somente motivarão a rescisão do contrato quando prejudicar-lhe a execução.

**49.** Durante a vigência a CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que se fizerem necessárias, ao objeto do contrato nos limites estabelecidos na Lei, dispostos no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, e só serão levados a efeito mediante expressa autorização da GOC – Gerência de Obras Civas.

**50.** Mantidas as demais cláusulas do presente ajuste, poderá haver prorrogação de prazo, assegurando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nas condições previstas no artigo 57 da Lei 8.666/93.

**Seção V - Da Forma de Pagamento**

**51.** As medições serão mensais, ocasião em que a DAE S/A poderá, por meio de sua fiscalização, apurar “in loco” os serviços e quantidades efetivamente executados.

**51.1.** As medições deverão ser apresentadas no início do mês subsequente à realização dos serviços e serão conferidas pela GOC (Gerência de Obras Civas) da contratante, em até 07 (sete) dias, conforme descrição detalhada do Anexo I.

**51.2.** A falta da apresentação de qualquer documento ou o não atendimento das Normas Reguladoras previstos no edital (cláusulas 43, 44 e 45) em vigor, acarretará no atraso do pagamento até que a situação se normalize.

**51.3.** Será obrigatório que o diário de obra esteja no canteiro de obras para que os apontamentos sejam efetivados diariamente pelos servidores designados pelo gestor do contrato bem como ao final de cada período ou ao término deste sejam assinados tanto pela CONTRATANTE quanto pela CONTRATADA.

**51.4.** Aprovada a medição a CONTRATADA poderá apresentar a fatura respectiva e o pagamento será efetuado em até 07 (sete) após a entrega da fatura.

**51.5.** A CONTRATADA não estará autorizada a realizar serviços não previstos em planilha ou acréscimo aos já existentes sem autorização prévia, formal e expressa da DAE S/A.

**51.6.** Acréscimos ao contrato só serão realizados por meio de Termo Aditivo, até os limites previstos em lei, e serão concedidos após a análise por seus órgãos competentes e desde que haja a respectiva verba orçamentária correspondente, em comum acordo entre a Administração da DAE S/A e a CONTRATADA.

**51.7.** Quando da emissão da Nota Fiscal ou Fatura correspondente, a CONTRATADA deverá discriminar na Nota Fiscal o valor da mão-de-obra, material e/ou equipamento, sendo que o montante a ser considerado para fins de cálculo da retenção do percentual de 11% (onze por cento) sobre a prestação de serviços, destinado ao recolhimento à Previdência Social, da nota fiscal para os serviços de 50% (cinquenta por cento) do valor bruto da Nota Fiscal para os demais serviços, devendo a CONTRATADA discriminar tais valores na Nota Fiscal ou Fatura, bem como mencionar no corpo do citado documento o número CEI, conforme art. 150, I, e § 1º II, da Instrução Normativa INSS/DC nº 03, de 14 de julho de 2.005.

**51.8.** A CONTRATADA deverá destacar na Nota Fiscal ou Fatura o valor da retenção correspondente a 11% (onze por cento) do valor do serviço, com o título de “RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL”, sendo que o destaque do valor retido deverá ser identificado após a descrição dos serviços prestados, conforme art. 154, § 1º, da Instrução Normativa INSS/DC nº 03, de 14 de julho de 2005.

**51.9.** A DAE S/A procederá ao recolhimento do valor retido correspondente ao percentual devido ao órgão previdenciário, até o dia 20 (vinte) do mês seguinte ao da emissão da nota fiscal ou Fatura, conforme art. 129 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009. Para tanto, a CONTRATADA deverá entregar cópia da Nota Fiscal, na Diretoria Financeira/Seção de Contas a Pagar e a Receber, até o último dia útil do mês da emissão da Nota Fiscal.

**51.10.** O pagamento dos serviços só será efetuado se a caução estiver em vigência, o que será verificado pelo Seção de Contas a Pagar e a Receber, na ocasião, cabendo a Diretoria requisitante acompanhar a sua validade e solicitar as renovações junto à CONTRATADA.

**51.11.** O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação de cópias devidamente autenticadas das guias de recolhimento do INSS e do FGTS correspondente ao mês da medição.

## **Seção VI – Do Reajuste de Preços**

**52.** Os preços contratados serão fixos e irremovíveis durante a vigência inicial da contratação.



**52.1.** Na hipótese de prorrogação do contrato, que ultrapasse o prazo de 12 (doze) meses de sua vigência, os preços contratados poderão ser reajustados utilizando-se como limite máximo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Nacional de Geografia e Estatística – INPC/IBGE, tendo como base a data de apresentação da proposta vencedora da licitação.

**52.2.** A concessão do reajuste deverá ser solicitada, por escrito, pela contratada concomitantemente à sua expressa concordância com a prorrogação da vigência contratual.

### **Seção VII - Das Penalidades**

**53.** Ao vencedor adjudicado e contratado, que se tornar inadimplente pela prestação dos serviços, pela escusa ou descumprimento da sua garantia, como proposto e de acordo com o objeto da presente licitação, serão aplicadas as seguintes penalidades:

**53.1.** Advertência por escrito;

**53.2.** Multa de até 10 % sobre o valor do contrato, na dependência da gravidade do dano, tudo de acordo com a decisão da autoridade competente;

**53.3.** Suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, por período de até 24 (vinte e quatro) meses, sempre de acordo com a gravidade do fato e a decisão da autoridade competente;

**53.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, até a reabilitação do contratado perante a autoridade que prolatou a decisão, sempre após o ressarcimento dos danos.

**53.5.** A sanção indicada no subitem 53.2 poderá ser aplicada conjuntamente com as estabelecidas pelos itens 53.1, 53.3 e 53.4 na dependência da falta cometida, a critério da Administração, tudo sem prejuízo da comunicação dos fatos ao Tribunal de Contas do Estado. Será garantido nesse caso, ao contratado, o exercício do direito estabelecido nos parágrafos 2º e 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas modificações posteriores.

### **Seção VIII - Da Rescisão**

**54.** O contrato poderá ser rescindido, caso ocorra qualquer das hipóteses previstas nos arts. **77, 78, 79 e 80** da Lei nº 8.666/93, reconhecidos os direitos da Administração, nos termos do art. 77 da referida Lei.

## **TERCEIRA PARTE**

### **FINAL**

### **Seção Única - Das Disposições Finais**

**55.** A Contratante reserva-se o direito de escolher a proposta que mais lhe for vantajosa, ou recusar todas, anulando ou revogando o procedimento, total ou parcialmente, se assim for interesse público, sem que caiba aos licitantes o direito a qualquer indenização.

**56.** É facultada à Comissão de Licitações ou ao Diretor Presidente da DAE S/A – Água e Esgoto a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo e vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

**57.** Quaisquer informações ou esclarecimentos acerca da presente licitação poderão ser obtidos pelos seguintes meios, de 2ª a 6ª feira, no horário das 8 às 16 horas, devendo conter a identificação do número da Licitação objeto da consulta:

**a)** Protocolo na **Seção de Compras e Licitações (COP)**: Rod Vereador Geraldo Dias n.º 1.500 – andar térreo – Vila Hortolândia – Jundiá – SP – de 2ª a 6ª feira – das 8 às 16 horas.

**b)** e-mail: [israel.silva@daejundiai.com.br](mailto:israel.silva@daejundiai.com.br) ou [rosana.russo@daejundiai.com.br](mailto:rosana.russo@daejundiai.com.br)

**c)** Fone: (11) 4589-1312 – (11) 4589-1315 – **Seção de Compras e Licitações**

**57.1.** Tal faculdade deverá ser exercida através de documento devidamente protocolado até 5 (cinco) dias úteis que antecederem a abertura dos envelopes de habilitação e os respectivos esclarecimentos serão prestados por escrito, no máximo em até 03 (três) dias úteis, e serão considerados anexos a este edital.

**57.2.** Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência e dos envelopes com as propostas em tomada de preço, nos termos do artigo 41, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

**57.3.** Eventuais impugnações ao edital deverão estar devidamente fundamentadas e serem tempestivas, somente serão recebidas mediante protocolo na Rod Ver. Geraldo Dias n.º 1.500 – andar térreo – Seção de Compras e Licitações – V. Hortolândia – Jundiá-SP de 2ª. a 6ª. feira, das 8 às 16 horas.

**58.** O recebimento de recursos será efetuado mediante protocolo junto à Seção de Compras e Licitações da DAE S/A (Rodovia Vereador Geraldo Dias, 1500, Vila Hortolândia, em Jundiá/SP – andar térreo do Prédio Administrativo), no horário das 8:00 às 16:00 horas, observados os prazos previstos no artigo 109 da Lei 8.666/93.

**58.1.** Os recursos podem ser enviados via e-mail, dentro do prazo legal, desde que os documentos enviados sejam escaneados e assinados por representante legal.

**58.1.2.** Caso seja enviado por e-mail a licitante deverá protocolar o documento original na Seção de Compras da DAE S/A até em 02 (dois) dias úteis após o envio.

**58.1.3.** Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados por fax e os que não atenderem o item **58.1.2.**

**59.** As despesas decorrentes da presente licitação estão classificadas sob a responsabilidade da conta gerencial: 8.6.1.17 – Gerência de Obras Civas (Recursos Próprios) – AC-DOP-099.

**60.** A DAE S/A informa, através da Decisão Normativa CAT nº 01 de 14/01/16, que não é contribuinte de ICMS.

**61.** Para dirimir questões oriundas do contrato firmado com a licitante vencedora e as questões relativas a este edital e seus anexos, fica eleito o foro da Comarca de Jundiá.

**62.** Para que não se alegue ignorância e para que produza os devidos efeitos, faz baixar o presente edital, que terá aviso publicado na forma da lei.

**Eduardo Santos Palhares**  
**Diretor Presidente**  
**DAE S/A Água e Esgoto**

**Tomada de Preço nº 011/2018**  
**ANEXO I**  
**DIVIDIDO EM 2 LOTES, CONTENDO ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**CONDIÇÕES GERAIS:**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforma das residências de zeladoria, com fornecimento de material e mão-de-obra, divididos em 02 LOTES, sob o regime de execução de empreitada por preço unitário.

**OBJETIVO:**

O presente Anexo contempla de elementos técnicos para a execução de serviços conforme especificados anteriormente, bem como o Edital acompanha planilha de preço base e projeto, compreendendo fornecimento de material e mão de obra para realização da reforma. Os locais de execução dos serviços estão providos de água e energia elétrica e poderá ser utilizada pela contratada durante o período dos trabalhos.

**LOTE 01: Casa de Bombas do Bairro Cecap – Travessa da Rua Alceu de Toledo Pontes,  
Parque Cecap – Jundiaí-SP.**

**Escopo Básico:**

A Planilha Orçamentária está dividida em nove itens, composta de: Serviços Preliminares; Superestrutura; Cobertura; Esquadrias Metálicas e Madeira; Revestimento; Instalação Elétrica; Diversos; Pintura e Serviços Complementares. Para cada um dos itens, foram detalhados os serviços a serem executados, sendo os quantitativos obtidos a partir do levantamento de dados obtidos no local e projeto, obedecendo o seguinte escopo, a saber:

**1. Serviços Preliminares:**

**1.1- Remoção de telha de fibrocimento, de forma manual, sem reaproveitamento:**

A Contratada promoverá a retirada das telhas que cobre a residência e trecho da área coberta/garagem para execução de alvenaria (item 2.5).

**1.2- Remoção de trama de madeira para cobertura, de forma manual, sem reaproveitamento:**

Serão removidas as tramas da residência

**1.3 Demolição de alvenaria de bloco furado, de forma manual, sem reaproveitamento:**

Será retirada a última fiada de blocos das paredes da sala para execução de cinta de amarração e apoio da laje

**1.4- Retirada do tanque de lavar roupa:**

Está previsto a retirada do tanque existente, sem reaproveitamento posterior.

### **1.5- Retirada de forro de PVC:**

Será retirada o forro de PVC existente sem reaproveitamento, sendo substituída por laje pré-moldada.

### **1.6- Remoção de torneiras:**

Serão retiradas as torneiras do banheiro interno e do tanque de lavar roupa.

### **1.7- Remoção de entulho com caçamba metálica:**

Todos os materiais provenientes da demolição e retirada/remoção deverão ter como destino final local de descarte, não permanecendo no local dos serviços.

### **1.8- Remoção de telha mosquito:**

Serão removidas as 02 telas tipo mosquito existentes.

## **2. Superestrutura:**

### **2.1- Execução de cinta de amarração de alvenaria:**

No lugar da última fiada de alvenaria demolida, será executada uma cinta de amarração em alvenaria tipo canaleta na mesma dimensão dos blocos existentes utilizando para tanto 2 barras longitudinais de diâmetro 8,00mm devidamente amarrados nas armações existentes (verticais) e preenchido com graute  $F_{ck} \geq 20 \text{Mpa}$  com cimento/cal/areia grossa e brita 0.

### **2.2- Laje pré-moldada para forro:**

Em substituição do forro de PVC será executada forro em laje pré-moldada convencional (lajota + vigota) unidirecional de 8cm de espessura e capa de concreto de 3cm com lançamento com uso de bombas, adensamento e acabamento.

### **2.3- Caixa octogonal 4" x 4", PVC, instalada em laje:**

Será fornecida e instalada caixa octogonal em PVC na laje a executar para instalação da luminária.

### **2.4- Reparo estrutural de estrutura com argamassa polimérica de alto desempenho, esp=2cm:**

Nas regiões onde houver necessidade a construtora deverá executar reparo, incluindo retirada da argamassa, fixação de tela de nylon, caso necessário e posterior fechamento com argamassa.

### **2.5- Alvenaria de blocos de concreto de vedação:**

Para fechamentos dos oitões e o vão de parede (0,50 x 0,30)m, bem como apoio das tesouras (vide projeto). Deverão ser utilizados blocos de concreto de vedação na dimensão das paredes existentes.

## **3. Cobertura:**

### **3.1- Recolocação de telhas de fibrocimento e, eventual substituição de telha quebrada:**

Deverão ser recolocadas as telhas de fibrocimento no trecho da área coberta/ garagem quando da execução das alvenarias (oitões).

### **3.2 e 3.3- Fabricação e Instalação de tesoura em madeira, para telha cerâmica, inclui içamento e trama:**

Serão montadas tesouras em madeira não aparelhada e tramas constituídas de ripas, caibros e terças para assentamento de telhas cerâmicas

#### **3.4 e 3.5- Telhamento com telha cerâmica e Cumeeira:**

A cobertura será constituída de telhas cerâmicas tipo romana e cumeeiras emboçadas com argamassa traço 1:2:9 (cimento, cal e areia).

#### **3.6 e 3.7- Calha em chapa de aço galvanizado e Rufo:**

Serão instaladas calhas e rufos conforme projeto anexo com fundo em tinta galvite.

#### **3.8- Fornecimento e Instalação de condutores de águas pluviais:**

Em cada bocal serão instalados condutores em PVC, no diâmetro de 100mm, dotadas de conexões e fixadas com abraçadeiras.

#### **4. Esquadrias metálicas e madeira:**

##### **4.1 e 4.2- Porta de madeira 80 x 210cm / fechadura:**

Será instalado uma porta de madeira completa no banheiro externo, incluindo dobradiças, guarnição, batente e fechadura para banheiro.

##### **4.3 - Instalação de janela de aço basculante, fixação com argamassa;**

Será instalado uma janela basculante na dimensão 0,40m x 0,60m no banheiro externo conforme projeto.

##### **4.4 – Vidro fantasia 4mm + reposição:**

Serão colocados vidro fantasia na janela do banheiro externo e substituir 2 vidros danificados na janela da área coberta/garagem.

Caso haja, durante a retirada, quebra de vidro, estas deverão ser substituídas, bem onde houver a falta de vidro, estas deverão ser repostas.

#### **5. Revestimento:**

##### **5.1- Chapisco aplicado em alvenaria com colher de pedreiro, argamassa traço 1:3;**

Todo revestimento deverá ser limpo de impurezas, sem asperezas e previamente molhadas antes de qualquer revestimento.

As superfícies das paredes, bem como as superfícies de concreto revestido serão previamente chapiscadas e emboçadas constituídos de camadas superpostas contínuas e uniformes para posterior aplicação dos azulejos.

Antes de iniciar o serviço de assentamento, verificar se todas as instalações elétricas e hidráulicas já foram executadas.

A base de assentamento deve ser constituída de um emboço desempenado, devidamente curado. A superfície deve estar áspera, varrida e posteriormente umedecida. A argamassa de assentamento deve ser aplicada com o lado liso da desempenadeira. Em seguida aplicar o lado dentado formando estrias para garantir a melhor aderência e nivelamento.

O chapisco será aplicado sobre toda e qualquer alvenaria, preparado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 com adição de impermeabilizante, e impermeabilizado com tinta betuminosa na proporção indicada pelo fabricante. A

argamassa deve ser empregada no máximo em 2h 30 min a partir do contato da mistura com a água e desde que não apresente qualquer vestígio de endurecimento. O excedente da argamassa que não aderir à superfície não pode ser reutilizado, sendo expressamente vedado reamá-la.

#### **5.2- Emboço ou Massa Única em argamassa 1:2:8**

Na execução do emboço desempenado em camada na espessura máxima de 20mm com preparo e fornecimento de argamassa com cimento, cal e areia sem peneirar no traço 1:2:8 deve se utilizar a argamassa no máximo 2h 30 min a partir da adição do cimento e desde que não apresente qualquer sinal de endurecimento. A superfície deve receber aspersão com água para remoção de poeira e umedecimento da base. O emboço deve ser umedecido, principalmente nos revestimentos externos, por um período de aproximadamente 48 h após sua aplicação.

#### **5.3 e 5.4- Lastro de brita, largura de 1,00m, lançamento manual (execução de calçada) e piso em concreto 20Mpa , incluso junta de dilatação em madeira:**

Conforme projeto anexo será executado uma calçada com largura de 1,00m em pano de concreto simples na espessura de 7cm intercalado com junta de madeira assentado sobre lastro de brita com espessura de 3cm.

#### **5.5- Contra-piso em argamassa, traço 1:4 (cimento e areia), preparo manual, nivelado, esp=4cm;**

Executar na área externa coberta/garagem uma camada de contra-piso nivelando-o sobre o piso existente. Para melhor aderência picotear o piso existente promovendo a fixação com o concreto novo.

#### **5.6- Revestimento cerâmico para parede:**

A parede do banheiro externo deverá receber azulejo tipo esmaltado na dimensão 25x35cm até a altura da laje, assentado com argamassa colante e rejuntado.

#### **5.7- Revestimento cerâmico para parede:**

O piso do banheiro externo deverá receber piso cerâmico tipo esmaltado na dimensão 35x35cm, assentado com argamassa colante e rejuntado.

### **6. Instalação Elétrica:**

#### **6.1-Revisão de instalações elétricas, inclusive remoção de fiação:**

Deverá ser realizada revisão das instalações elétricas promovendo-se trocas de interruptores, tomadas e fiação elétricas caso haja necessidade.

#### **6.2-Eletroduto flexível corrugado:**

Para energização das luminárias deverão ser, sobre a laje, instalados eletrodutos flexíveis em PVC.

#### **6.3-Interruptor paralelo (1 módulo), incluindo suporte e placa;**

Considerar na sala interruptor paralelo para iluminação do ambiente.

#### **6.4-Interruptor simples (1 módulo) com 1 tomada de embutir, incluindo suporte e placa;**

Considerar no banheiro externo um interruptor com tomada sala interruptor paralelo para iluminação do ambiente, alterando a posição dos existentes, bem como a supressão da caixa elétrica no box do chuveiro (caixa a meia altura).

**6.5-Tomada alta de embutir (1 módulo) Interruptor simples (1 módulo) com 1 tomada de embutir, incluindo suporte e placa:**

Considerar no banheiro externo um interruptor com tomada sala interruptor paralelo para iluminação do ambiente, alterando a posição dos existentes, bem como a supressão da caixa elétrica no box do chuveiro (caixa a meia altura).

**6.6 - Cabo de cobre flexível 2,5mm2:**

Deverão ser fornecidos e passados cabo de 2,5mm2 anti-chama para tomadas, interruptores e iluminação dos ambientes.

**6.7 - Cabo de cobre flexível 6,0mm2:**

Deverão ser fornecidos e passados cabo de 6,0mm2 anti-chama para tomada do chuveiro.

**6.8 – Luminária tipo Plafon:**

Deverão ser fornecidos e instalados luminárias tipo Plafon dotados de lâmpadas de 20w de potência nos seguintes ambientes: sala; banheiro externo e entrada.

**7. Diversos:**

**7.1-Revisão de instalações hidráulicas, incluindo reparos:**

Deverão ser realizadas revisão das instalações hidráulicas (água e esgoto) promovendo-se trocas e/ou reparos caso haja necessidade.

**7.2- Gabinete para pia de cozinha em MDF:**

Deverá ser instalada um gabinete de cozinha de comprimento 1,50m com todos os acessórios, no local onde existe a pia na área externa coberta/garagem em MDF ou similar.

**7.3- Tanque de mármore sintético:**

No mesmo local onde foi retirada o tanque de lavar roupa será instalada um novo tanque com todos os acessórios conforme planilha.

**7.4- Chuveiro elétrico comum corpo plástico:**

Deverá ser fornecido e instalado um em cada banheiro chuveiro elétrico com potência de mais ou menos 5400W.

**7.5- Torneira cromada 1/2” ou 3/4” para tanque e banheiros:**

Deverão ser instaladas torneiras onde solicitado.

**8. Pintura:**

**8.1 a 8.9- Aplicação de fundo selador e pintura**

As superfícies a serem pintadas devem estar firmes, coesa, limpa, seca sem poeira, gordura ou graxa, sabão ou mofo e ferrugem. Devem receber uma demão primária de fundo de acordo com o material a ser pintado. As partes soltas ou mal aderidas deverão ser raspadas e/ou escavadas. Nos casos em que houver necessidade, aplicar a massa de PVA (massa corrida). A tinta deve ser diluída com água potável de acordo com recomendação do fabricante. Após secagem do fundo, aplicar 2 a 3 demãos com intervalo mínimo de 4 horas.

Deverá ser utilizada pintura de marca de boa qualidade na cor a ser definida na obra. Evitar pintura em áreas externas



em dias chuvosos ou com ocorrência de ventos fortes que podem transportar para a pintura poeira ou partículas suspensas no ar.

Em se tratando de pinturas novas será aplicado primeiramente um líquido selador, em 2 demãos. As superfícies serão previamente lixadas e escovadas, removendo-se todo o pó com aguarrás.

Nas esquadrias de ferro será aplicada uma demão de pintura com tinta anticorrosiva, lixado e escovado retirando-se qualquer vestígio de impurezas preparando-a para receber pintura em esmalte, antes deverá ser retirada toda pintura antiga nas esquadrias metálicas.

As esquadrias de madeira – As portas deverão ser lixadas e envernizadas.

Todas as tintas a serem empregadas deverão ser observadas as prescrições dos fabricantes quanto ao seu correto preparo e aplicação da tinta. Sempre que houver indicação expressa nenhuma alteração poderá ser feita nas marcas.

Serão evitados escorrimentos ou salpicos de tinta nas superfícies não destinados à pintura (vidro, piso, etc). Os salpicos que não puderem ser evitados deverão ser removidos com removedor adequado.

Toda a superfície pintada deverá apresentar depois de pronta uniformidade quanto a textura e tonalidade.

## **9. Serviços Complementares:**

### **9.1- Capina e limpeza manual de terreno:**

Deverá ser prevista toda capinação, bem como remoção destas, em volta da área do terreno

### **9.2- Plantio de grama em placas, inclusive preparação do solo:**

Deverá ser prevista revestimento de grama, inclusive preparo de terreno, adubagem, em volta da área do terreno

### **9.3- Limpeza Final da Obra**

Após a realização dos serviços, a contratada deverá providenciar a retirada de todos os entulhos e remoção de materiais inertes da obra, promovendo a limpeza final.

Todos os equipamentos instalados, bem como as caixilharias e portas deverão ser verificados quanto ao seu funcionamento, sendo que na ocorrência de danificação de peças ou mal funcionamento estas deverão ser substituídas.

## **PRAZO DE EXECUÇÃO:**

03 (três) meses a contar do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela GOC – Gerência de Obras Cíveis;

## **DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- Os serviços não previstos na Planilha de Preço Base, caso sejam necessários, só poderão ser executados após expressa aprovação da DAE S/A e a emissão de nova Ordem de Compra.
- A execução dos serviços será fiscalizada por servidores da GOC (Gerência de Obras Cíveis) da Contratante, devidamente designados, ou por técnicos por esta credenciada.
- Quando do início dos serviços, a Contratada deverá indicar oficialmente um representante que terá competência para receber as informações da Contratante e repassá-las a quem de direito.
- A Contratada fornecerá toda a mão de obra e materiais necessários à execução da obra.

- Todos os materiais e empregados nas obras deverão satisfazer as especificações da ABNT e ainda serem de qualidade, modelo e tipo aprovados pela Contratante.
- Nenhum material poderá ser usado pela Contratada sem a prévia aceitação da Contratante, que poderá exigir exames ou ensaios de acordo com a ABNT, às expensas da Contratada.
- A Contratada providenciará o transporte, armazenamento e acondicionamento dos materiais.
- A medição dos serviços executados será conferida conforme descrição detalhada deste Anexo.
- Gestor do contrato: Jairo Lucas Ribeiro, contato: (11) 4589-1368 - e-mail: [jairo@daejundiai.com.br](mailto:jairo@daejundiai.com.br)

**LOTE 02: Casa de Bombas do Bairro Jardim Carlos Gomes – Rua André Vidal de Negreiros, nº 235,  
Jardim Carlos Gomes, Jundiaí-SP.**

**Escopo Básico:**

A Planilha Orçamentária está dividida em nove itens, composta de: Serviços Preliminares; Superestrutura; Cobertura; Esquadrias Metálicas e Madeira; Revestimento; Instalação Elétrica; Diversos; Pintura e Serviços Complementares. Para cada um dos itens, foram detalhados os serviços a serem executados, sendo os quantitativos obtidos a partir do levantamento de dados obtidos no local e projeto, obedecendo o seguinte escopo, a saber:

**1. Serviços Preliminares:**

**1.1- Demolição de azulejo:**

A Contratada promoverá a retirada das fiadas de azulejo sobre a pia da cozinha.

**1.2- Demolição da alvenaria em blocos estrutural:**

Serão demolidas as alvenarias das bases de apoio da pia de cozinha e a última fiada das paredes para execução da cinta de amarração em canaleta (item 2.1).

**1.3- Demolição da laje:**

Será demolida a laje sobre a caixa d'água existente. Não haverá mais laje nesta área.

**1.4- Retirada da pia de cozinha e tanque de lavar roupa:**

Está previsto a retirada da pia de cozinha bem como o tanque existente, sem reaproveitamento posterior.

**1.5- Retirada da porta de entrada metálica – P1:**

Será retirada a porta P1 (vide projeto) bem como o batente metálico para instalação de uma nova porta.

**1.6- Retirada de forro de madeira:**

Será retirada o forro de madeira existente sem reaproveitamento, sendo substituída por laje pré-moldada.

**1.7- Remoção de torneiras:**

Serão retiradas as torneiras da pia de cozinha e do tanque de lavar roupa.

**1.8- Remoção de telhas tipo Kalhetão:**

Serão removidas as telhas em sua totalidade, sem reaproveitamento no local, porém sem quebrá-las.

**1.9- Revisão de instalações elétricas, inclusive remoção de fiação:**

Estão previstas as revisões nas instalações elétricas bem como substituição da fiação elétrica existente, caso necessário devido a instalação da laje.

**1.10- Revisão de instalações hidráulicas, inclusive reparos:**

Estão previstas as revisões nas instalações hidráulicas para perfeito funcionamento e, caso necessário promover

substituição e/ou reparos

**1.11- Demolição da caixa d'água:**

Deverá ser demolida ou retirada a caixa d'água existente, sem reaproveitamento.

**1.12 a 1.14- Retirada de folhas de porta/ batente e quarnições:**

Deverão ser retiradas as portas de madeira, batente e quarnições conforme descrito no projeto anexo.

**1.15- Retirada da fechadura da porta metálica P6:**

Deverá ser retirada a fechadura da porta p-6 conforme indicação no projeto.

**1.16- Remoção de entulho com cacamba metálica:**

Todos os materiais provenientes da demolição e retirada/remoção deverão ter como destino final local de descarte, não permanecendo no local dos serviços.

**2. Superestrutura:**

**2.1- Execução de cinta de amarração de alvenaria:**

No lugar da última fiada de alvenaria demolida, será executada uma cinta de amarração em alvenaria tipo canaleta na mesma dimensão dos blocos existentes utilizando para tanto 2 barras longitudinais de diâmetro 8,00mm devidamente amarrados nas armações existentes (verticais) e preenchido com graute  $F_{ck} \geq 20 \text{Mpa}$  com cimento/cal/areia grossa e brita 0.

**2.2- Laje pré-moldada para forro:**

Em substituição do forro de madeira será executada forro em laje pré-moldada convencional (lajota + vigota) unidirecional de 8cm de espessura e capa de concreto de 3cm com lançamento com uso de bombas, adensamento e acabamento.

**2.3- Caixa octogonal 4" x 4", PVC, instalada em laje:**

Serão fornecidas e instaladas caixas octogonais em PVC na laje na quantidade prevista em planilha para instalação das luminárias.

**3. Cobertura:**

**3.1 e 3.2- Fabricação e Instalação de tesoura em madeira, para telha cerâmica, inclui icamento e trama:**

Serão montadas tesouras em madeira não aparelhada e tramas constituídas de ripas, caibros e terças para assentamento de telhas cerâmicas

**3.3 e 3.4- Telhamento com telha cerâmica e Cumeeira:**

A cobertura será constituída de telhas cerâmicas tipo plan e cumeeiras emboçadas com argamassa traço 1:2:9 (cimento, cal e areia).

**3.5- Calha em chapa de aço galvanizado:**

Serão instaladas calhas conforme projeto anexo com fundo em tinta galvite.

### **3.6- Fornecimento e Instalação de condutores de águas pluviais:**

Em cada bocal serão instalados condutores em PVC, no diâmetro de 100mm, dotadas de conexões e fixadas com abraçadeiras.

## **4. Esquadrias metálicas e madeira:**

### **4.1 a 4.6- Portas e vidros:**

Serão instalados portas e vidros nas quantidades estipuladas e posicionamento destas de acordo com o projeto e planilha anexa

Caso haja, durante a retirada e recolocação da esquadria quebra de vidro, estas deverão ser substituídas, bem onde houver falta de vidro, estas deverão ser repostas.

## **5. Revestimento:**

### **5.1- Aplicação manual de gesso:**

As paredes internas receberão revestimento de gesso na espessura de 1,5cm.

### **5.2- Revestimento cerâmico para parede:**

A parede do banheiro deverá receber complementação do azulejo até a altura da laje, no mesmo padrão do existente. Sobre a pia de cozinha a instalar esta deverá receber uma fiada de azulejo no seu entorno, bem como, igualmente, uma fiada sobre o tanque de lavar roupa.

## **6. Instalação Elétrica:**

### **6.1-Eletroduto flexível corrugado:**

Para energização das luminárias deverão ser, sobre a laje, instalados eletrodutos flexíveis em PVC.

### **6.2 - Cabo de cobre flexível 2,5mm2:**

Deverão ser fornecidos e passados cabo de 2,5mm2 anti-chama para tomadas, interruptores e iluminação dos ambientes.

### **6.3 - Cabo de cobre flexível 4,0mm2:**

Deverão ser fornecidos e passados cabo de 4,0mm2 anti-chama para tomadas da cozinha.

### **6.4 - Cabo de cobre flexível 6,0mm2:**

Deverão ser fornecidos e passados cabo de 6,0mm2 anti-chama para tomada do chuveiro.

### **6.5 – Luminária tipo Plafon:**

Deverão ser fornecidos e instalados luminárias tipo Plafon dotados de lâmpadas de 20w de potência em cada ambiente.

## **7. Diversos:**

### **7.1 e 7.2- Bancada de granito/ Gabinete em madeira MDF:**

No mesmo local onde foi retirada a pia de cozinha será instalada uma nova pia de cozinha de comprimento 1,50m com

todos os acessórios, conforme planilha e montada sobre gabinete em madeira MDF ou similar.

### **7.3- Tanque de mármore sintético:**

No mesmo local onde foi retirada o tanque de lavar roupa será instalada um novo tanque com todos os acessórios conforme planilha.

### **7.4- Chuveiro elétrico comum corpo plástico:**

Deverá ser fornecido e instalado um chuveiro elétrico com potência de mais ou menos 5400W.

### **7.5- Caixa d'água de polietileno 310Litros:**

A caixa d'água existente será substituída por uma caixa de 310Litros formato cilíndrico dotados de boia, adaptadores e ligado à rede de água.

## **8. Pintura:**

### **8.1- Limpeza de superfície c/ jato de ar e água**

Para a pintura externas, seria conveniente a lavagem destas, a fim de proceder a retirada de sujeiras, óleos, graxas, etc. que comprometerão a fixação da nova camada de pintura.

### **8.2 a 8.10- Aplicação de fundo selador e pintura**

As superfícies a serem pintadas devem estar firmes, coesa, limpa, seca sem poeira, gordura ou graxa, sabão ou mofo e ferrugem. Devem receber uma demão primária de fundo de acordo com o material a ser pintado. As partes soltas ou mal aderidas deverão ser raspadas e/ou escavadas. Nos casos em que houver necessidade, aplicar a massa de PVA (massa corrida). A tinta deve ser diluída com água potável de acordo com recomendação do fabricante. Após secagem do fundo, aplicar 2 a 3 demãos com intervalo mínimo de 4 horas.

Deverá ser utilizada pintura de marca de boa qualidade na cor a ser definida na obra. Evitar pintura em áreas externas em dias chuvosos ou com ocorrência de ventos fortes que podem transportar para a pintura poeira ou partículas suspensas no ar.

Em se tratando de pinturas novas será aplicado primeiramente um líquido selador, em 2 demãos. As superfícies serão previamente lixadas e escovadas, removendo-se todo o pó com aguarrás.

Nas esquadrias de ferro será aplicada uma demão de pintura com tinta anticorrosiva, lixado e escavado retirando-se qualquer vestígio de impurezas preparando-a para receber pintura em esmalte, antes deverá ser retirada toda pintura antiga nas esquadrias metálicas.

As esquadrias de madeira – portas e os pilares de madeira (externo) deverão ser lixadas e envernizadas.

Todas as tintas a serem empregadas deverão ser observadas as prescrições dos fabricantes quanto ao seu correto preparo e aplicação da tinta. Sempre que houver indicação expressa nenhuma alteração poderá ser feita nas marcas.

Serão evitados escorrimentos ou salpicos de tinta nas superfícies não destinados à pintura (vidro, piso, etc). Os salpicos que não puderem ser evitados deverão ser removidos com removedor adequado.

Toda a superfície pintada deverá apresentar depois de pronta uniformidade quanto a textura e tonalidade.

## **9. Serviços Complementares:**

### **9.1- Limpeza de superfície c/ jato de ar e água**

Na área externa, tais como muretas, piso em concreto de acesso à garagem, escada em concreto, muro de fechamento,

etc proceder-se-á lavagem destas a fim de retirar toda sujeira. Não considerar pinturas onde não especificado.

#### **9.2- Capina e limpeza manual de terreno:**

Deverá ser prevista toda capinação, bem como remoção destas, em volta da área do terreno

#### **9.3- Plantio de grama em placas, inclusive preparação do solo:**

Deverá ser prevista revestimento de grama, inclusive preparo de terreno, adubagem, em volta da área do terreno

#### **9.4.- Limpeza Final da Obra**

Após a realização dos serviços, a contratada deverá providenciar a retirada de todos os entulhos e remoção de materiais inertes da obra, promovendo a limpeza final.

Todos os equipamentos instalados, bem como as caixilharias e portas deverão ser verificados quanto ao seu funcionamento, sendo que na ocorrência de danificação de peças ou mal funcionamento estas deverão ser substituídas.

#### **PRAZO DE EXECUÇÃO:**

03 (três) meses a contar do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela GOC – Gerência de Obras Civis;

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- Os serviços não previstos na Planilha de Preço Base, caso sejam necessários, só poderão ser executados após expressa aprovação da DAE S/A e a emissão de nova Ordem de Compra.
- A execução dos serviços será fiscalizada por servidores da GOC (Gerência de Obras Civis) da Contratante, devidamente designados, ou por técnicos por esta credenciada.
- Quando do início dos serviços, a Contratada deverá indicar oficialmente um representante que terá competência para receber as informações da Contratante e repassá-las a quem de direito.
- A Contratada fornecerá toda a mão de obra e materiais necessários à execução da obra.
- Todos os materiais empregados nas obras deverão satisfazer as especificações da ABNT e ainda serem de qualidade, modelo e tipo aprovados pela Contratante.
- Nenhum material poderá ser usado pela Contratada sem a prévia aceitação da Contratante, que poderá exigir exames ou ensaios de acordo com a ABNT, às expensas da Contratada.
- A Contratada providenciará o transporte, armazenamento e acondicionamento dos materiais e equipamentos.
- A medição dos serviços executados será conferida conforme descrição detalhada deste Anexo.
- Gestor do contrato: Jairo Lucas Ribeiro, contato: (11) 4589-1368 - e-mail: [jairo@daejuindiai.com.br](mailto:jairo@daejuindiai.com.br)

**Tomada de Preço nº 011/2018**  
**ANEXO II**  
**PLANILHA DE PREÇO BASE – LOTES: 01 E 02**

**ARQUIVO DISPONIBILIZADO SEPARADAMENTE**



**Tomada de Preço nº 011/2018**  
**ANEXO III**  
**PROPOSTA DE PREÇO – LOTES: 01 E 02**

**ARQUIVO DISPONIBILIZADO SEPARADAMENTE**

**Tomada de Preço nº 011/2018**

**ANEXO IV**

**NORMAS GERAIS**

**1. RELACIONAMENTO EMPREITEIRA x DAE S/A**

**1.1** A obra será fiscalizada por intermédio de Engenheiro(s) ou Fiscal(is) de Obras e Instalações designado(s) pela DAE S/A – Água e Esgoto e respectivo auxiliares, elementos esses doravante indicados pelo nome de FISCALIZAÇÃO.

**1.2** Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, por qualquer elemento da EMPREITEIRA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimentos das cláusulas e condições destas especificações e do Contrato, bem como de tudo que estiver contido no Projeto, nas Normas, Especificações e Métodos da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

**1.3** Deverá a Empreiteira acatar de modo imediato as ordens da FISCALIZAÇÃO, dentro destas Especificações e do Contrato.

**1.4** Ficam reservados à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso, omissivo, não previsto no Contrato, nestas Especificações, no Projeto e em tudo o mais que de qualquer forma se relacione ou venha a se relacionar, direta ou indiretamente, com a obra em questão e seus complementos.

**1.5** A EMPREITEIRA deverá permanentemente ter e colocar à disposição da FISCALIZAÇÃO os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados, bem como a inspeção das instalações da obra, dos materiais e dos equipamentos, independentemente das inspeções de medições para efeito de faturamento e ainda, independentemente do estado da obra e do canteiro de trabalho.

**1.6** A exigência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da EMPREITEIRA no que concerne as obras e suas implicações próximas ou remotas, sempre em conformidade com o Contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

**1.7** A FISCALIZAÇÃO poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela EMPREITEIRA, providências suplementares necessárias à segurança de terceiros e ao bom andamento da obra.

**1.8** Pela EMPREITEIRA, a condução da obra ficará a cargo de um Engenheiro registrado no CREA-SP e devidamente identificado junto à Contratante, devendo ser auxiliado na condução dos trabalhos por pelo menos um Técnico de Saneamento/Edificações ou Agrimensura, registrado no CREA-SP, e identificado junto à FISCALIZAÇÃO. Deverá esse Técnico de Saneamento/Edificações ser auxiliado, em cada frente de trabalho, por um encarregado devidamente habilitado. É obrigatória a presença diária do Técnico de Saneamento/ Edificações ou Agrimensura nas frentes de obras, devendo registrar essa presença no “Diário de Obras”.

**1.9** Todas as ordens dadas pela FISCALIZAÇÃO ao(s) condutor(es) da obra serão consideradas como se fossem dirigidas diretamente à EMPREITEIRA; por outro lado, todo e qualquer ato efetuado ou disposição tomada pelo(s) referido(s) Engenheiro(s), ou ainda omissões de responsabilidade do(s) mesmo(s), serão consideradas para todo e qualquer efeito como tendo sido da EMPREITEIRA.

**1.10** O(s) condutor(es) da obra, o(s) Técnico(s) e os Encarregados, cada um no seu âmbito respectivo, deverão estar sempre em condições de atender a FISCALIZAÇÃO e prestar-lhe todo os esclarecimentos e informações sobre o andamento dos serviços, a sua programação, as peculiaridades das diversas tarefas e tudo o mais que a FISCALIZAÇÃO reputar necessários ou útil e que se refira, diretamente, à obra e suas implicações.

**1.11** O quadro de pessoal da EMPREITEIRA empregado na obra deverá ser constituído de elementos competentes hábeis e disciplinados, qualquer que seja a sua função, cargo ou atividade. A EMPREITEIRA é obrigada a afastar imediatamente do serviço e do canteiro de trabalho todo e qualquer elemento julgado pela FISCALIZAÇÃO com conduta inconveniente e que possa prejudicar o bom andamento da obra, a perfeita execução dos serviços e a ordem do canteiro.

**1.12** A FISCALIZAÇÃO terá plena autoridade para suspender por meios amigáveis ou não, os serviços da obra, total ou parcialmente, sempre que o julgar conveniente por motivos técnicos, de segurança, disciplinares ou outros. Em todos os casos, os serviços só poderão ser reiniciados por outra ordem da FISCALIZAÇÃO.

**1.13** A EMPREITEIRA não poderá executar qualquer serviço que não seja autorizado pela DAE S/A – Água e Esgoto.

## **2. SEGURANÇA DA OBRA**

**2.1** Na execução dos trabalhos, deverá haver plena proteção contra risco de acidente com o pessoal da EMPREITEIRA e com terceiros, independentemente da transferência daquele risco a Companhias ou Institutos Seguradores. Para isso, a EMPREITEIRA, deverá cumprir fielmente o estabelecido na Legislação Nacional no que concerne à segurança (nesta cláusula está incluída a higiene de trabalho) bem como obedecer a todas as normas, apropriadas e específicas para a segurança de cada tipo de serviço.

**2.2** Em caso de acidente no canteiro de trabalho, a EMPREITEIRA deverá:

- a) prestar todo e qualquer socorro imediato às vítimas;
- b) paralisar imediatamente a obra nas suas circunvizinhanças, a fim de evitar a possibilidade de mudanças das circunstâncias relacionadas com o acidente;
- c) solicitar imediatamente o comparecimento da FISCALIZAÇÃO no lugar da ocorrência, relatando o fato.

**2.3** A EMPREITEIRA é a única responsável pela segurança, guarda e conservação de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios e, ainda, pela proteção destes e das instalações da obra.

**2.4** Qualquer perda ou dano sofrido no material, equipamento ou instrumental, eventualmente entregue pela DAE S/A – Água e Esgoto à EMPREITEIRA, será avaliado pela FISCALIZAÇÃO.

**2.5** Nas ruas em que estiverem sendo executados os serviços, deverão ser mantidos ao lado da vala, tapumes laterais, com condições de reter a terra escavada, além de cavaletes nos extremos, tabuletas indicativas de **HOMENS TRABALHANDO**, tochas e guardas noturnos.

**2.6** As despesas com sinalização (noturna e diurna) serão de inteira responsabilidade da EMPREITEIRA, como também os acidentes que porventura venham a ocorrer por falta ou negligência de sinalização, bem como deverá:

- a) solicitar por escrito à SETRANSP, autorização para interdição de ruas, quando necessário;
- b) comunicar à Secretaria Municipal de Transportes sobre a obra e a sinalização feita na mesma;
- c) antes da retirada da sinalização, deverá certificar-se de que o local não apresenta qualquer risco de acidentes aos usuários da via pública.

### **3. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS**

**3.1** Todos os materiais e equipamentos empregados nas obras deverão satisfazer as especificações da ABNT e ainda serem de qualidade, modelo, tipo aprovados pela DAE S/A – Água e Esgoto.

**3.2** Nenhum material poderá ser usado pela EMPREITEIRA sem a prévia aceitação da FISCALIZAÇÃO, que poderá exigir exames ou ensaios de acordo com a ABNT, às expensas da EMPREITEIRA.

**3.3** A recusa da amostra implicará na recusa do lote de material que ela representa.

**3.4** O material ou equipamento que for recusado pela FISCALIZAÇÃO deverá ser substituído por outro, sem ônus para a DAE S/A – Água e Esgoto.

**3.5** A EMPREITEIRA fornecerá a FISCALIZAÇÃO e manterá permanentemente atualizada uma lista dos fornecedores de materiais e equipamentos empregados na obra.

**3.6** A EMPREITEIRA tomará as providências para armazenamento e acondicionamento dos materiais e equipamentos.

### **3.7 DISPOSIÇÕES GERAIS**

Todos os serviços deverão ser executados em consonância com projetos, diretrizes e orientações fornecidos pela DAE S/A Água e Esgoto, as prescrições contidas nas presentes especificações, as Normas Técnicas da ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas – NB 126 e Normas de Trânsito pertinentes ao Município. Na existência de serviços não especificados, a EMPREITEIRA somente poderá executá-los após a aprovação da FISCALIZAÇÃO.

### **3.8 SERVIÇO TOPOGRÁFICO, PROJETO EXECUTIVO E CADASTRO**

Quando necessários, serão executados e fornecidos pela EMPREITEIRA.

### **3.9 INTERFERÊNCIAS**

Os danos às instalações existentes são de responsabilidade exclusiva da EMPREITEIRA, que deverá pesquisar as interferências, antes da abertura das valas. As obras de remanejamento que venham a ser executadas pela EMPREITEIRA só poderão ser feitas com expressa anuência dos proprietários e/ou concessionários. Todos os danos deverão ser consertados pela EMPREITEIRA.

### **3.10 ESCAVAÇÃO**

- a) A escavação poderá ser manual ou mecânica, em função das interferências existentes, a critério da EMPREITEIRA.
- b) Antes de iniciar a escavação, a EMPREITEIRA fará a pesquisa de interferência do local, para que não sejam danificados quaisquer tubos, caixas, cabos, postes, prédios, etc., que estejam na zona atingida pela escavação ou em área próxima a mesma. Caso estas interferências sejam danificadas, a EMPREITEIRA deverá repará-las e restabelecê-

las para funcionamento normal, sem ônus para a DAE S/A. Se a escavação interferir com galerias ou tubulações, a EMPREITEIRA executará a suspensão das mesmas.

c) A EMPREITEIRA deverá manter livres as grelhas, tampões e bocas de lobo das redes dos serviços públicos, junto às valas, não devendo aqueles componentes ser danificados ou entupidos.

### **3.11 ESCORAMENTOS**

a) A estabilidade e segurança das valas e por conseguinte necessidade ou não de escoramentos, são de competência da EMPREITEIRA.

b) O projeto e os detalhes de execução de escoramentos serão atribuídos à EMPREITEIRA.

### **3.12 ESGOTAMENTO DE ÁGUA**

O esgotamento de águas das valas, bem como os eventuais esgotamentos de água de chuva, são de competência da EMPREITEIRA.

Quando o esgotamento for feito por meio de bombas, a água retirada deverá ser encaminhada para a galeria de águas pluviais ou valas mais próximas, por meio de calhas ou superfícies vizinhas ao local de trabalho. A EMPREITEIRA tem por obrigação prever e evitar irregularidade das operações de esgotamento, controlando e inspecionando o equipamento continuamente; eventuais anomalias deverão ser eliminadas imediatamente.

### **3.13 CERCA DE PROTEÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS**

As obras nas vias públicas deverão ser protegidas com cerca de madeira com 1,00 m de altura, constituída de cavaletes de pontalete de pinho a cada 2,00 m e fechamento com tapumes em sentido horizontal, separadas de 10 cm, nos locais exigidos pelas normas de segurança ou a critério da FISCALIZAÇÃO. Toda a cerca deverá ser caiada.

### **3.14 ILUMINAÇÃO DE CERCA E SINALIZAÇÃO**

a) A EMPREITEIRA deverá atender a todas as exigências formuladas pela SETRANSP – Secretaria Municipal de Transportes – que determinem rigorosa observância das normas de sinalização de obras em vias públicas do Município.

b) Todas as sinalizações e placas serão fornecidas pela EMPREITEIRA e após o término da obra as mesmas deverão ser retiradas, devendo o custo ser incluído no preço global da sinalização e placas.

c) A implantação da sinalização da obra será executada pela EMPREITEIRA, sendo considerada parte da obra:

d) A sinalização deverá obedecer aos padrões estabelecidos pela SETRANSP e pela DAE S/A Água e Esgoto;

e) Deverão ser colocados desvios, bem como placas indicativas, em lugar adequado para que o motorista tenha tempo de reduzir a velocidade e tomar as devidas precauções;

f) A sinalização noturna, quando necessária, poderá ser toda feita com luminárias, cujos circuitos intermitentes possibilitarão que sempre hajam lâmpadas acesas.

g) Serão encargos da EMPREITEIRA a sinalização da via, bem como a manutenção da sinalização por um período de 12 horas após o término dos serviços.

**Tomada de Preço nº 011/2018**

**ANEXO V**

**MINUTA DE CONTRATO**

**Contrato nº 000/00**

Contrato para execução de serviços de reforma das residências de zeladoria, com fornecimento de material e mão-de-obra, divididos em 02 LOTES, sob o regime de execução de empreitada por preço unitário, que celebram entre si a DAE S/A – Água e Esgoto e a empresa

.....

**Tomada de Preço nº 011/2018**

**Processo Administrativo nº 1766-5/2018**

**Seção I – Das Partes**

**Cláusula 1.** São partes neste contrato público:

- a) DAE S/A – Água e Esgoto, com sede na Rodovia Vereador Geraldo Dias, 1500, Jundiaí - SP, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 03.582.243/0001-73, neste ato representada por seus Diretores, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE;
- b) ....., com sede na ....., devidamente inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por seu Diretor, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

**Seção II – Do Objeto**

**Cláusula 2.** De acordo com o Processo Administrativo nº 1766-5/2018, Tomada de Preço nº 011/2018, regidos pela Lei Federal nº 8.666/93, alterada pelas Leis Federais nº 8.883/94, 9.648/98 e Lei Complementar Federal nº 123/06 e demais diplomas correlatos, obriga-se a contratada a executar serviços de reforma das residências de zeladoria, com fornecimento de material e mão-de-obra, divididos em 02 LOTES, sob o regime de execução de empreitada por preço unitário, conforme bases, condições e especificações discriminadas no presente Edital e Anexos.

- **Lote 01:** Casa de Bombas do Bairro Cecap – Travessa da Rua Alceu de Toledo Pontes, Parque Cecap – Jundiaí-SP;
- **Lote 02:** Casa de Bombas do Bairro Jardim Carlos Gomes – Rua André Vidal de Negreiros, nº 235, Jardim Carlos Gomes, Jundiaí-SP.

**Seção III - Da Mão de Obra, Equipamentos e Materiais**

**Cláusula 3.** A Contratada fornecerá toda a mão de obra, equipamentos e materiais necessários à execução da obra.

**Cláusula 4.** Todos os materiais e equipamentos empregados na obra deverão satisfazer as especificações da ABNT e ainda serem de qualidade, modelo e tipo aprovados pela Contratante.

**Cláusula 5.** Nenhum material poderá ser usado pela Contratada sem a prévia aceitação da Contratante, que poderá exigir exames ou ensaios de acordo com a ABNT, às expensas da Contratada.

**Cláusula 6.** O material ou equipamento que for recusado pela Contratante deverá ser substituído por outro, sem ônus para a Contratante.

**Cláusula 7.** A Contratada fornecerá à fiscalização da Contratante, e manterá permanentemente atualizada, uma lista dos fornecedores de materiais e equipamentos empregados na obra.

**Cláusula 8.** A Contratada providenciará o transporte, armazenamento e acondicionamento dos materiais e equipamentos.

#### **Seção IV – Das Responsabilidades da Contratada**

**Cláusula 9.** A Contratada, antes do início dos serviços, deverá apresentar à Contratante a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) relativa à obra, devidamente preenchida e paga.

**Cláusula 10.** A Contratada é responsável pela solidez das obras executadas nos termos dispostos no artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

**Cláusula 11.** Todos os serviços deverão ser executados em consonância com projetos, diretrizes e orientações fornecidos pela Contratante, as prescrições contidas nas especificações dos anexos I, II, III e IV do edital, as Normas Técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) – NB 126 e Normas de Trânsito pertinentes ao município. Na existência de serviços não especificados, a Contratada somente poderá executá-los após a aprovação da Contratante.

**Cláusula 12.** A Contratada deverá providenciar todos os remanejamentos de instalações que interfiram nos serviços a serem executados. Os remanejamentos deverão ser programados pela Contratada com a devida antecedência e de acordo com a fiscalização da Contratante, proprietários e/ou concessionários. Os danos às instalações existentes são de responsabilidade exclusiva da Contratada, que deverá pesquisar as interferências antes da abertura das valas. As obras de remanejamento que venham a ser executadas pela Contratada só poderão ser feitas com a expressa anuência dos proprietários e/ou concessionários.

**Cláusula 13.** A Contratada será responsável pela construção, instalação e manutenção do canteiro de obras, devendo o local escolhido ser aprovado pela Contratante. Não caberá a Contratante em hipótese alguma, ônus ou responsabilidade decorrentes da locação, manutenção e acesso a área escolhida.

**Cláusula 14.** A responsabilidade pela sinalização (noturna e diurna) adequada à obra, bem como pelos acidentes que porventura venham a ocorrer por falta ou negligência de sinalização, são exclusivamente da Contratada.

**Cláusula 15.** A Contratada não utilizará em nenhuma hipótese qualquer servidor da administração direta ou indireta da municipalidade, a partir da data da publicação deste edital em diante, nem mesmo em gozo de férias ou licença sob qualquer título.

**Cláusula 16.** A Contratada deverá ter pleno conhecimento dos locais, condições em que serão executados os serviços dos materiais a serem utilizados na obra, bem como dos processos e normas para sua execução, comprometendo-se a alocar os meios e equipamentos necessários.

**Cláusula 17.** A responsabilidade em caso de acidentes do trabalho e seguros previstos em lei é exclusivamente da Contratada.

**Cláusula 18.** A responsabilidade em caso de danos materiais e/ou pessoais causados a terceiros em virtude da execução do contrato compete exclusivamente à Contratada.

**Cláusula 19.** Todos os encargos sociais, tributários e trabalhistas são de responsabilidade da Contratada.

**Cláusula 20.** Todos os empregados deverão ser registrados pela Contratada que deverá apresentar no ato da assinatura do contrato a ficha de registro dos empregados com chancela do Ministério do Trabalho.

**Cláusula 21.** A Contratada manterá todos os seus empregados uniformizados e se responsabilizará pela utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI), essenciais na execução da obra.

**Cláusula 22.** Obriga-se a Contratada a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou utilização de técnicas ou materiais inadequados.

## **Seção V - Da Execução Contratual**

**Cláusula 23.** O prazo para execução dos serviços:

- **Lote 01 – Casa de Bombas do Bairro Cecap:** 03 meses a contar do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela GOC – Gerência de Obras Civis;
- **Lote 02 – Casa de Bombas do Bairro Jardim Carlos Gomes:** 03 meses a contar do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela GOC – Gerência de Obras Civis.

**§ 1º.** A Contratada deverá iniciar a prestação de serviços a partir do recebimento da ordem de serviço, de acordo com o respectivo Lote, e neste ato indicará oficialmente um representante que terá competência para receber as informações da Contratante e repassá-las a quem de direito.

**§ 2º.** A empresa contratada deverá dispor de todos os equipamentos e tecnologia necessária para execução da obra com todas as técnicas adequadas, respeitando o projeto executivo que faz parte do Anexo I do Edital.

**§ 3º.** Face a possibilidade de alterações na metodologia executiva da empresa contratada, não será permitido o aumento de quantidades junto aos serviços previstos na planilha de referência ou criação de novos serviços não previstos nesse termo, devendo a contratada realizar a avaliação do escopo da obra e suas exigências técnicas para a sua plena execução.



**Cláusula 24.** A Contratada deverá comunicar e justificar à Contratante, por escrito, qualquer atraso previsto em relação aos prazos definidos no contrato, bem como a previsão de novos prazos. O julgamento ficará a juízo da Contratante que poderá aplicar as penalidades previstas em lei.

**Cláusula 25.** É expressamente proibida a subcontratação dos serviços objeto desta licitação.

**Cláusula 26.** A empresa deverá enviar a **GST (Gerência de Segurança do Trabalho)**, antes do início da obra, os documentos relacionados abaixo:

- Apresentar, por ocasião da assinatura do contrato, a relação nominal dos empregados na execução dos serviços, acompanhada de cópia autenticada das fichas de registro com chancela do Ministério do Trabalho de todos os funcionários que estarão à disposição para execução do contrato;
- Ficha de registro dos funcionários, com foto, data de admissão e função dos mesmos, atualizada;
- CTPS do funcionário, com foto, data de admissão e função do mesmo, atualizada;
- Relação de empregados (RE) e respectivas funções;
- Cópia de recibo de entrega de Uniforme e EPI/EPC, individual c/ assinatura do funcionário, inclusive recibo de que o funcionário recebeu treinamento quanto ao uso correto de EPI/EPC (Nome do funcionário, CA do produto, data da entrega, validade, data da devolução);
- Comprovante de pagamento de insalubridade, se o caso;
- Apresentar Ordens de Serviço e Análise Preliminar de Riscos, conforme preceitua a NR 01, de cada funcionário, bem como a comprovação de seu treinamento;
- Apresentar avaliações de máquinas e equipamentos, conforme preceitua as NR's 10 e 12;
- PPRA, referente à atividade a ser desenvolvida pelos funcionários na contratada, conforme preceitua a NR 9;
- PCMSO, conforme preceitua a NR 7;
- ASO (atestado de saúde ocupacional) dos funcionários, válidos. Constando aptidão para trabalho em altura, espaço confinado e eletricidade, se o caso;
- Certificado de Treinamento para trabalho em instalações e serviços com eletricidade – NR 10. Certificado é individual. Deve constar no PCMSO/ASO, o trabalho em instalações e serviços com eletricidade. E treinamento para soldador, se o caso;
- Atender a NR 18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na indústria da Construção, na sua plenitude, em todas as etapas da obra;
- Atender a NR 35 – Trabalho em altura, inclusive seus anexos;
- Certificado de Treinamento para Trabalho em Altura, conforme NR 35. Certificado é individual. Deve constar no PCMSO/ASO, o trabalho em altura. Se o caso;
- Certificado de Treinamento para Trabalho em Espaços Confinados, conforme NR 33. Certificado é individual. Deve constar no PCMSO/ASO, o trabalho em espaço confinado. Se o caso;
- ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do Engenheiro Responsável;
- PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) – término da obra – antes do último pagamento;
- Em caso de acidente do trabalho, a Contratante deverá receber, obrigatoriamente, cópia da CAT (Comunicação de Acidente do Trabalho), registrado no INSS, em até 48 (quarenta e oito) horas do ocorrido. Acidente do Trabalho entende-se, também, o de Trajeto/Percurso.

**Cláusula 27.** A CONTRATADA deverá enviar à GOC (Gerência de Obras Civas) antes da primeira e demais medições, a seguinte documentação para verificação e guarda:

- Cartão de ponto do funcionário, devidamente assinado;
- Recibo de compra do vale transporte, bem como da sua entrega aos funcionários;
- Recibo de compra da cesta básica, bem como da sua entrega aos funcionários;
- Folha de pagamento da obra (ou holerites);
- Cópia GFIP/ SEFIP específica para serviço prestado a DAE S/A;
- Guia de Protocolo de conectividade Social;
- Certidão Negativa de Débito da Previdência Social.

**Cláusula 28. Documentos cuja entrega será obrigatória para fins de fiscalização:**

- Rescisão Contratual, quando houver, devidamente homologada pelo Sindicato da categoria. Para os casos de rescisão inferior a 01 ano, a empresa deverá enviar cópia do termo e o comprovante de depósito;
- Documentação de contratação de novos funcionários, conforme entregue antes do início da obra (se houver).

**Cláusula 29.** A Contratante reserva-se o direito de exigir a retirada ou à substituição dos empregados da Contratada quando, a seu critério forem julgados inconvenientes ao exercício de suas funções, por conduta moral ou funcional inadequada, bem como por simples irreverência, além de inaptidão, mesmo relativa, para os serviços contratados.

**Cláusula 30.** Qualquer modificação na estrutura da Contratada, tais como a transformação, fusão, cisão ou incorporação, somente motivarão a rescisão do contrato quando prejudicar-lhe a execução.

**Cláusula 31.** Durante a vigência a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que se fizerem necessárias, ao objeto do contrato nos limites estabelecidos na Lei, dispostos no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, e só serão levados a efeito mediante expressa autorização da GOC - Gerência de Obras Civas e elaboração de termo de aditamento.

**Cláusula 32.** Mantidas as demais cláusulas do presente ajuste, poderá haver prorrogação de prazo, assegurando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nas condições previstas no artigo 57, § 1º. Da Lei 8.666/93.

#### **Seção VI – Da Forma de Pagamento**

**Cláusula 33.** Pela execução dos serviços objeto deste contrato, a Contratante pagará à Contratada a importância total de R\$ ..... (.....).

**Cláusula 34.** As medições serão mensais, ocasião em que a DAE S/A poderá, por meio de sua fiscalização, apurar “in loco” os serviços e quantidades efetivamente executados.

**Cláusula 35.** As medições deverão ser apresentadas no início do mês subsequente à realização dos serviços e serão conferidas pela GOC (Gerência de Obras Civas) da contratante, em até 07 (sete) dias, conforme descrição detalhada do Anexo I.

**Cláusula 36.** Aprovada a medição a CONTRATADA poderá apresentar a fatura respectiva e o pagamento será efetuado em até 07 (sete) após a entrega da fatura.

**Cláusula 37.** A falta da apresentação de qualquer documento ou o não atendimento das Normas Regulamentadoras previstos no edital (cláusulas 26, 27 e 28) em vigor, acarretará no atraso do pagamento até que a situação se normalize.

**Cláusula 38.** Quando da emissão da Nota Fiscal ou Fatura correspondente, a CONTRATADA deverá discriminar na Nota Fiscal o valor da mão-de-obra, material e/ou equipamento, sendo que o montante a ser considerado para fins de cálculo da retenção do percentual de 11% (onze por cento) sobre a prestação de serviços, destinado ao recolhimento à Previdência Social, da nota fiscal para os serviços de 50% (cinquenta por cento) do valor bruto da Nota Fiscal para os demais serviços, devendo a CONTRATADA discriminar tais valores na Nota Fiscal ou Fatura, bem como mencionar no corpo do citado documento o número CEI, conforme art. 150, I, e § 1º II, da Instrução Normativa INSS/DC nº 03, de 14 de julho de 2.005.

**Cláusula 39.** A CONTRATADA deverá destacar na Nota Fiscal ou Fatura o valor da retenção correspondente a 11% (onze por cento) do valor do serviço, com o título de “RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL”, sendo que o destaque do valor retido deverá ser identificado após a descrição dos serviços prestados, conforme art. 154, § 1º, da Instrução Normativa INSS/DC nº 03, de 14 de julho de 2005.

**Cláusula 40.** A DAE S/A procederá ao recolhimento do valor retido correspondente ao percentual devido ao órgão previdenciário, até o dia 20 (vinte) do mês seguinte ao da emissão da nota fiscal ou Fatura, conforme art. 129 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009. Para tanto, a CONTRATADA deverá entregar cópia da Nota Fiscal, na Diretoria Financeira/Seção de Contas a Pagar e a Receber, até o último dia útil do mês da emissão da Nota Fiscal.

**Cláusula 41.** O pagamento dos serviços só será efetuado se a caução estiver em vigência, o que será verificado pela Seção de Contas a Pagar e a Receber, na ocasião, cabendo a Diretoria requisitante acompanhar a sua validade e solicitar as renovações junto à CONTRATADA.

**Cláusula 42.** O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação de cópias devidamente autenticadas das guias de recolhimento do INSS e do FGTS correspondente ao mês da medição.

## **Seção VII – Do Reajuste de Preços**

**Cláusula 43.** Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência inicial da contratação.

**§ 1º.** Na hipótese de prorrogação do contrato, que ultrapasse o prazo de 12 (doze) meses de sua vigência, os preços contratados poderão ser reajustados utilizando-se como limite máximo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Nacional de Geografia e Estatística – INPC/IBGE, tendo como base a data de apresentação da proposta vencedora da licitação.

**§ 2º.** A concessão do reajuste deverá ser solicitada, por escrito, pela contratada concomitantemente à sua expressa concordância com a prorrogação da vigência contratual.

## **Seção VIII – Da Fiscalização e Recebimento**

**Cláusula 44.** A Contratante exercerá ampla e completa fiscalização sobre os serviços contratados através de sua GOC (Gerência de Obras Civas), o que não reduzirá nem excluirá a responsabilidade da Contratada por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros.

**Cláusula 45.** Concluídos os serviços, a Contratante procederá ao seu recebimento provisório.

**Parágrafo único.** Durante o prazo de observação de 90 (noventa) dias, obriga-se a Contratada a fazer, às suas expensas, as substituições e/ou reparações porventura reclamadas.

**Cláusula 46.** Somente após o recebimento definitivo, que será efetuado pela Contratante 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, poderá a Contratada levantar a garantia prestada para a assinatura do contrato, desde que não haja vícios ou defeitos.

## **Seção IX – Das Penalidades**

**Cláusula 47.** A Contratada que se tornar inadimplente pela entrega dos produtos, pela escusa ou descumprimento da sua garantia, como proposto e de acordo com o objeto da presente licitação, serão aplicadas as seguintes penalidades:

**I -** Advertência por escrito;

**II -** Multa de até 10% sobre o valor do contrato, na dependência da gravidade do dano, tudo de acordo com a decisão da autoridade competente;

**III -** Suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, por período de até 24 (vinte e quatro) meses, sempre de acordo com a gravidade do fato e a decisão da autoridade competente;

**IV -** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, até a reabilitação do contratado perante a autoridade que prolatou a decisão, sempre após o ressarcimento dos danos.

**V -** A sanção indicada no item II poderá ser aplicada conjuntamente com as estabelecidas pelos itens I, III e IV na dependência da falta cometida, a critério da Administração, tudo sem prejuízo da comunicação dos fatos ao Tribunal de Contas do Estado. Será garantido nesse caso, ao contratado, o exercício do direito estabelecido nos parágrafos 2º e 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas modificações posteriores.

## **Seção X - Da Rescisão**

**Cláusula 48.** O contrato poderá ser rescindido, caso ocorra qualquer das hipóteses previstas nos arts. **77, 78, 79 e 80** da Lei nº 8.666/93, reconhecidos os direitos da Administração, nos termos do art. 77 da referida Lei.

## **Seção XI - Das Garantias**

**Cláusula 49.** Para assinatura do contrato será exigida prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, nos termos do artigo 56 da Lei 8.666/93.

§ 1º A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato.

§ 2º Seja qual for a modalidade da garantia apresentada, a Contratada não se isenta da responsabilidade estabelecida pelo artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

#### **Seção XII – Da Classificação Contábil**

**Cláusula 50.** Todas as despesas decorrentes da presente licitação estão classificadas sob a responsabilidade da conta gerencial: 8.6.1.17 – Gerência de Obras Civas (Recursos Próprios) – AC-DOP-099.

#### **Seção XIII - Do Foro e Disposição Final**

**Cláusula 51.** Aplicam-se à execução deste Contrato, bem como aos casos omissos, a Lei Federal nº 8666/93 e os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**Cláusula 52.** Para dirimir as questões oriundas do presente contrato as partes elegem o foro da Comarca de Jundiaí, Estado de São Paulo.

**Cláusula 53.** E por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e para um só efeito, na sede da Contratante, em \_\_\_\_\_ de..... de \_\_\_\_.

a) Pela CONTRATANTE:

Diretor Presidente  
RG.

Diretor Administrativo  
RG

Diretor de Operações  
RG.

b) Pela CONTRATADA:

Diretor  
RG.

**Tomada de Preço nº 011/2018**  
**ANEXO VI**  
**TERMO DE CIÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO**

**Contrato nº 000/00**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforma das residências de zeladoria, com fornecimento de material e mão-de-obra, divididos em 02 LOTES, sob o regime de execução de empreitada por preço unitário, conforme bases, condições e especificações discriminadas no presente Edital e Anexos.

**Contratante:** DAE S/A – Água e Esgoto

**Contratada:**

Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por **CIENTES** e **NOTIFICADOS** para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Jundiaí, \_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

a) Pela CONTRATANTE:

Diretor Presidente  
RG.

Diretor de Operações  
RG.

Diretor Administrativo  
RG.

b) Pela CONTRATADA:

Diretor  
RG

**Tomada de Preço nº 011/2018**  
**ANEXO VII**  
**MODELO DA DECLARAÇÃO EPP/ ME / COOP**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal e por seu contador, DECLARA, sob as penas da Lei, que se constitui em microempresa (ou empresa de pequeno porte ou cooperativa) para os fins desta licitação, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 123/06 e art. 34 da Lei Federal n.º 11.488/07 (na hipótese de Cooperativa), e que não apresenta nenhuma das restrições do regime diferenciado e favorecido, dispostas no art. 3.º, § 4.º da referida Lei, comprometendo-se a informar a Administração caso perca essa qualificação

**NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA**

(autoridade ou representante com poderes legais, com identificação do assinante (nome completo e cargo))

**NOME E ASSINATURA DO CONTADOR DA EMPRESA:**

(nome completo e identificação de seu registro junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC),

**DADOS PARA CONTATO:**

**ENDEREÇO:** \_\_\_\_\_

**CIDADE/ESTADO:** \_\_\_\_\_ **– CEP:** \_\_\_\_\_

**FONE:** \_\_\_\_\_ **– FAX:** \_\_\_\_\_ **- CEL.:** \_\_\_\_\_

**E-MAIL:** \_\_\_\_\_

**NOME PARA CONTATO:** \_\_\_\_\_

**Tomada de Preço nº 011/2018**  
**ANEXO VIII**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DO MENOR**

**DECLARAÇÃO**

REF.: Tomada de Preço nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

\_\_\_\_\_  
(data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)



**Tomada de Preço nº 011/2018**

**ANEXO IX**

**PROJETO**

**ARQUIVO DISPONIBILIZADO SEPARADAMENTE**